

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/02/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 10 de Fevereiro de 2021 - 00:00

## ***Sefaz-BA não consegue prever impacto de projeto de Bolsonaro para mudanças no ICMS***

por **Maurício Leiro**



A Secretaria da Fazenda da Bahia acredita não ser possível calcular o impacto real na arrecadação caso exista uma alteração na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A mudança pode ocorrer após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) defender o projeto de lei para alterar percentual tributado para cada litro de combustível (**relembre aqui**). Todo o setor de petróleo e gás gera por ano arrecadação de R\$ 5,2 bilhões de ICMS na Bahia.

Ao Bahia Notícias, a Sefaz pontuou que a proposta do presidente Jair Bolsonaro não está suficientemente clara, por isso não é possível calcular o seu impacto sobre a arrecadação. "No entanto, é preciso lembrar que a tentativa do presidente de relacionar os aumentos nos preços dos combustíveis à cobrança de ICMS pelos estados repete estratégia adotada um ano atrás e já devidamente refutada por governadores e secretários estaduais de Fazenda, ao esclarecerem, tanto na época como agora, que o descontrole ocorrido nos últimos anos é motivado na verdade pela mudança na política de preços da Petrobras e pelo aumento de tributos federais", disse.

O órgão comentou que as alíquotas do ICMS para combustíveis na Bahia não tiveram nenhuma alteração nos últimos anos e o imposto segue sendo cobrado de acordo com os preços médios das bombas. Na última sexta-feira (5), um documento divulgado pelo Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz) pontuou que "os expressivos aumentos nos preços dos combustíveis ocorridos a partir de 2017 não apresentam qualquer relação com a tributação estadual". "Foram frutos da alteração da política de gerência de preços por parte da Petrobras, que prevê reajustes baseados na paridade do mercado internacional, repassando

ao preço dos combustíveis toda a instabilidade do cenário externo do setor e dos mercados financeiros internacionais”, acrescenta.

"A tributação é mero sintoma destes fatos e não a causa, o Comsefaz lembra que também compõem o custo e o preço de bomba tributos federais como o PIS/COFINS, IRPJ e a CSLL, que incidem diretamente nas etapas de extração, produção, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados. Ainda em linha com o colegiado das Fazendas estaduais, a Sefaz-Ba reitera que, ao invés de soluções simplistas, a questão demanda medidas urgentes e necessárias como a revisão da política de preços dos combustíveis e uma reforma tributária que simplifique a vida dos contribuintes e torne mais racional, atraente e produtivo o ambiente de negócios no país", finaliza o órgão.

#### PROJETO E PRESSÃO DOS CAMINHONEIROS

Após aumento do valor dos combustíveis e com a pressão dos caminhoneiros, que ameaçaram fazer grande greve por conta do valor maior ([reveja aqui](#)), o presidente Jair Bolsonaro anunciou que o governo estuda um projeto de lei, a ser enviado na próxima semana ao Congresso, para diminuir o impacto do ICMS sobre os preços dos combustíveis.

Segundo Bolsonaro, a ideia é que "a previsibilidade se faça presente, assim como o PIS/Cofins do governo federal, em que temos um valor fixo para o litro do diesel, por exemplo, R\$ 0,35. Quanto ao ICMS, é variável. Cada estado decide o seu valor".

O presidente pretende enviar a medida para o Parlamento votar a medida, caso seja juridicamente possível.

## ÚLTIMO DIA PARA PAGAR IPVA COM DESCONTO DE 10%

**COTA ÚNICA** Donos de veículos baianos têm até hoje pagar a cota única do IPVA e desta forma garantir desconto de 10% no imposto. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa.

## Motoristas da Bahia podem aproveitar IPVA com 10% de desconto até quarta (10)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos têm até esta quarta-feira (10) para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, válido para pagamento em cota única.

Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do **IPVA** em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Para maiores informações, consultar o site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

## BAHIA LANÇA PORTAL NA ÁREA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

OBJ

admin 9 Fevereiro, 2021



Está em operação o novo Portal PPP Bahia ([pppeconcessoes.ba.gov.br/portal\\_ppp](http://pppeconcessoes.ba.gov.br/portal_ppp)), com o qual o governo baiano torna-se o primeiro no país a contar com uma solução integrada de gestão, acompanhamento, avaliação e transparência de contratos de parcerias público-privadas (PPPs).

Responsável por um dos mais bem sucedidos programas de PPPs e concessões do país, com investimentos totais superiores a R\$ 10 bilhões, “a Bahia firma-se agora na vanguarda nacional em transformação digital voltada para as PPPs, tornando-se o único estado brasileiro a contar com uma ferramenta completa de gestão de contratos na área”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

A implantação do novo portal foi liderada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), à qual está vinculada a Secretaria Executiva de PPP do Estado, com a consultoria da KPMG e tecnologia Service Now. Desenvolvida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a ferramenta foi apresentada nesta segunda-feira (8), no seminário de encerramento do Profisco I – Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal, realizado de forma virtual.

### Ponte Salvador-Itaparica

O Estado ampliou sua relevância no setor de PPP com a assinatura pelo governador Rui Costa, em novembro, do contrato para construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste). Com 12,4 quilômetros de extensão, o equipamento, destinado a ser a maior ponte sobre lâmina d’água da América Latina, terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte do Estado de R\$ 1,5 bilhão, e será construído nos próximos cinco anos pelo consórcio vencedor da licitação, formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20).

A Bahia reúne PPPs de sucesso como o metrô de Salvador e Lauro de Freitas, terceiro maior do país, e iniciativas que se tornaram referência, como o Hospital do Subúrbio, a primeira PPP na área de saúde do Brasil e única a incluir os serviços médicos assistenciais, e, também no segmento, os contratos de Diagnóstico por Imagem e do Instituto Couto Maia. Completam os contratos em vigor os da Arena Fonte Nova e do Emissário Submarino de Salvador. Além da Ponte Salvador-Itaparica, estão em andamento os novos projetos do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos no Subúrbio de Salvador e da BA-052.



[CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa) ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias) ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

[MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) [COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas) ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))

[ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos) ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) [FALE CONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco) ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco))

quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021

## ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

### SEFAZ PLANEJA CRIAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

A iniciativa teve o intuito de fortalecer as prioridades da gestão

Secom Salvador, Salvador | 09/02/2021 às 11:11



Sefaz planeja criação de escritório de gerenciamento de projetos

Foto: Divulgação

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) planeja a criação, até abril deste ano, do Escritório de Gerenciamento de Projetos Faz+Salvador. A proposta é ter um ambiente físico e digital, bem como metodologias, ferramentas e apoio especializado para o desenvolvimento do portfólio de projetos da Sefaz.

Este foi um dos temas abordados na primeira reunião de planejamento estratégico da pasta, realizado na semana passada e que contou, na abertura, com as presenças do prefeito Bruno Reis e da vice, Ana Paula Matos, além dos titulares da Sefaz, Giovanna Victor, e de Gestão (Semge), Thiago Dantas. Também foram discutidos, na ocasião, o entendimento e desafios da Sefaz para construção dos objetivos estratégicos; a construção de metas chaves a serem atingidas; e a construção do portfólio de iniciativas estratégicas.

A iniciativa teve o intuito de fortalecer as prioridades da gestão, como reduzir despesas, ampliar a arrecadação e promover maior transparência e um melhor relacionamento com os contribuintes – inclusive nas redes sociais – além de ouvir a equipe e traçar caminhos para os próximos anos.

“Nosso objetivo principal é definir as prioridades para modernizar sistemas e capacitar equipes para garantir ao cidadão soteropolitano que paga seus impostos a justiça e isonomia tributárias, além do melhor e mais transparente atendimento em todos os canais da Sefaz municipal”, garantiu Giovana.

Ela completou que planejar é fundamental para que sejam alcançados os melhores resultados para a população soteropolitana. “Estamos fortalecendo a confiança e a transparência junto ao contribuinte para continuarmos garantindo as condições para o desenvolvimento da cidade”, afirmou a secretária.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=130564)

### MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/02/08/ambev-convoca-20-mil-ambulantes-de-todo-o-brasil-para-dar-auxilio,130545,0.html>)

**AMBEV CONVOCA 20 MIL AMBULANTES DE TODO O BRASIL PARA DAR AUXÍLIO**

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/02/08/ambev-convoca-20-mil-ambulantes-de-todo-o-brasil-para-dar-auxilio,130545,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/02/08/ambev-convoca-20-mil-ambulantes-de-todo-o-brasil-para-dar-auxilio,130545,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/02/08/ambev-convoca-20-mil-ambulantes-de-todo-o-brasil-para-dar-auxilio,130545,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/02/08/ambev-convoca-20-mil-ambulantes-de-todo-o-brasil-para-dar-auxilio,130545,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/02/05/construcao-de-cisternas-garante-agua-para-assentamento-no-litoral-sul,130503,0.html>)

**CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS GARANTE ÁGUA PARA ASSENTAMENTO NO LITORAL SUL**

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/02/05/construcao-de-cisternas-garante-agua-para-assentamento-no-litoral-sul,130503,0.html>)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/02/2021	



## Bahia lança portal pioneiro na área de parcerias público-privadas

9 fevereiro 2021



Já está no ar o novo [Portal PPP Bahia](#), com o qual o governo baiano conta com uma solução integrada de gestão, acompanhamento, avaliação e transparência de contratos de parcerias público-privadas (PPPs), pela primeira vez no país.

Responsável por um dos mais bem sucedidos programas de PPPs e concessões do país, com investimentos totais superiores a R\$ 10 bilhões, “a Bahia firma-se agora na vanguarda nacional em transformação digital voltada para as PPPs, tornando-se o único estado brasileiro a contar com uma ferramenta completa de gestão de contratos na área”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

A implantação do novo portal foi liderada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), à qual está vinculada a Secretaria Executiva de PPP do Estado, com a consultoria da KPMG e tecnologia Service Now. Desenvolvida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a ferramenta foi apresentada nesta segunda-feira (8), no seminário de encerramento do Profisco I – Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal, realizado de forma virtual.

### Ponte Salvador-Itaparica

O Estado ampliou a relevância no setor de PPP com a assinatura pelo governador Rui Costa, em novembro, do contrato para construção da Ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste). Com 12,4 quilômetros de extensão, o equipamento, destinado a ser a maior ponte sobre lâmina d’água da América Latina, terá investimento de R\$ 5,4 bilhões e aporte do Estado de R\$ 1,5 bilhão, e será construído nos próximos cinco anos pelo consórcio vencedor da licitação, formado pelas empresas China Communications Construction Company (CCCC Ltd), CCCC South America Regional Company (CCCCSA) e China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20).

A Bahia reúne PPPs de sucesso como o metrô de Salvador e Lauro de Freitas, terceiro maior do país, e iniciativas que se tornaram referência, como o Hospital do Subúrbio, a primeira PPP na área de saúde do Brasil e única a incluir os serviços médicos assistenciais, e, também no segmento, os contratos de Diagnóstico por Imagem e do Instituto Couto Maia. Completam os contratos em vigor os da Arena Fonte Nova e do Emissário Submarino de Salvador. Além da Ponte Salvador-Itaparica, estão em andamento os novos projetos do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos no Subúrbio de Salvador e da BA-052.

### Vanguarda em gestão e tecnologia

Ao apontar o forte impacto econômico a ser produzido pela ponte tanto em sua fase de construção quanto nos anos subsequentes, o governador ressaltou que as PPPs “constituem uma alternativa importante, em meio à crise, para a manutenção da pauta de investimentos públicos que geram emprego e renda e atraem novos investimentos privados”. O avanço na tecnologia de gestão dos contratos, por outro lado, demonstra a capacidade técnica adquirida pela Bahia na área de PPPs e concessões, disse ainda o governador.

Para o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, com o novo portal a Bahia “dá um passo adiante com esta ferramenta que integra de forma totalmente digital, sem uso de papel, todas as secretarias envolvidas com projetos de PPP”. O portal, avalia o secretário, irá aperfeiçoar a disseminação das informações e contingências relacionadas aos contratos em vigor e ampliar a transparência sobre a área, contemplando tanto os órgãos governamentais de gestão e controle quanto concessionários, verificadores independentes, o mercado e a sociedade em geral. “

## **Portal**

O Portal PPP Bahia, de acordo com Rogério Princhak, secretário Executivo do Programa de PPP da Bahia, irá promover ganhos de produtividade na gestão dos contratos vigentes ao emitir relatórios comparativos entre previsões orçamentárias e cronogramas de desembolso, indicadores de evolução financeira dos projetos, percentual de andamento de cada projeto, além de registrar todas as fases da formatação de uma PPP, desde o pleito de uma iniciativa até a gestão do contrato, compreendendo itens como Escopo, Prazo, Riscos, Recursos, Qualidade, Documentação e Comunicação.

O sistema, explica Princhak, foi desenvolvido por meio de levantamento e redesenho dos processos de contratação e gestão de PPPs e concessões, fase que incluiu os principais agentes envolvidos. “Para que o Estado passasse a contar com uma ferramenta robusta de gestão, o trabalho envolveu a definição de ações e responsáveis por cada etapa do processo de contratação e gestão e a padronização de todos os dados e informações de cada processo”, explica.

Entre as principais inovações estão um workflow (fluxo de trabalho) pré-estabelecido, de forma que o usuário seja conduzido pela ferramenta a avançar por cada uma das fases, e ainda um histórico de atividades reunindo status, descrição, grupo designado e usuário que a atualizou. Outro item importante é a interface com o Portal de Transparência do Estado, que permite acesso em tempo real a dados públicos das PPP’s e Concessões.

As novidades incluem ainda o campo, disponível em todas as fases da ferramenta, que permite ao usuário anexar e fazer upload de documentos, criando repositório de arquivos referentes ao projeto. Além disso, os usuários cadastrados recebem alertas por e-mail quando tarefas são finalizadas, indicando quem a atualizou. É possível também considerar novos ciclos de planejamento, configuração, customização e eventual integração com sistemas corporativos de finanças e controle da Secretaria da Fazenda, e todas as informações são registradas de forma cronológica, com repositório e versionamento de documentos contratuais e evidências de execução e/ou marcos do projeto.

“Visando maximizar seus resultados, espera-se, na maturidade do sistema, operar com o lançamento em tempo real, online, de informações sobre os projetos, bem como a otimização dos fluxos internos de acompanhamento da execução dos contratos”, explica Priscila Romano, coordenadora de Projetos da Secretaria Executiva do Programa de PPP da Bahia. “A partir de sua integração com o portal da transparência, as informações lançadas na ferramenta serão publicadas em tempo real”.

**Fonte: Ascom/ Sefaz**



## Anfavea defende desoneração fiscal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O anúncio do fechamento das fábricas da Ford no Brasil gerou críticas aos incentivos fiscais concedidos à indústria automotiva. Diante da notícia ruim, surgiram questionamentos ao setor e a ideia de que esse segmento, ao longo da história, teria se beneficiado de políticas de desoneração fiscal do governo, mas não geraria, na mesma medida, as devidas contrapartidas para a sociedade. Um estudo apresentado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), com base em dados oficiais, rebate essas críticas.

O estudo mostra que o setor automotivo não é um dos mais protegidos do país, mas ao contrário. Enquanto a desoneração fiscal sobre **arrecadação** tributária de todos os setores econômicos no país foi de 18% na última década, para o setor automotivo foi de 8%.

O estudo também apontou que o segmento apresentou a melhor relação entre todos os setores da economia, com R\$ 11,1 arrecadados para cada R\$ 1 desonerado pelo governo, sempre levando em conta dados coletados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

De acordo com a Anfavea, a desoneração tem o papel de minimizar efeitos da alta carga tributária de 44% sobre o preço do automóvel, o dobro do praticado na maioria dos países da Europa e mais que isso para casos como Japão e EUA.

Exemplo de contrapartida é o investimento no programa Inovar-Auto (2013 a 2017), que melhorou a eficiência energética de todos os motores de carros nacionais. A desoneração tributária de R\$ 6,8 bilhões no período de 5 anos resultou em uma

economia anual de R\$ 7 bilhões em combustíveis aos donos desses novos veículos, e ainda a redução das emissões de CO2 em 2 milhões de toneladas por ano.

A elevação do padrão tecnológico no período proporcionou aumento de competitividade internacional, acesso a novos mercados e contribuiu para elevar as exportações de 443 mil (2012) para 766 mil unidades (2017). Incentivos fiscais são atrelados a investimentos em P&D e geração de empregos de qualidade. A Anfavea afirmou que a indústria é muito tributada, tem pouco incentivo, ao tempo em que gera retorno para a sociedade.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

## Investimento nos Estados avança com ajuda da União

Crescimento é de 10,8% graças a transferência de recursos

Por Marta Watanabe — De São Paulo

10/02/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

### Investimentos avançam

Valores empenhados pelos Estados - em R\$ milhões

Estados	2020	2020/2019 (%)*
PB	394,51	-26,3
MG	1.991,02	-22,8
RN	558,10	-18,2
MS	992,20	-7,1
RJ	964,23	-6,4
DF	868,64	-0,6
SP	8.225,23	0,6
AP	257,44	1,7
AM	934,70	2,6
BA	2.472,79	2,9
RS	864,33	3,2
PE	690,35	6,8
MA	1.301,82	8,8
CE	2.483,08	12,3
SC	1.361,34	20,2
PR	3.077,46	20,9
AL	1.071,88	23,8
PI	837,58	37,2
RR	160,86	38,8
ES	1.496,92	39,5
GO	923,18	42,2
SE	306,00	45
MT	1.383,90	50,3

RO	727,75				52,8
TO	548,84				57,1
PA	2.257,76				67,5
AC	409,70				88,7
<b>Total</b>	<b>37.561,62</b>				<b>10,8</b>

Fonte: STN/Siconfi, com elaboração do Valor. \*Variação nominal

O pacote de ajuda da União aos governos regionais para fazer jus aos efeitos econômicos da pandemia contribuiu para que Estados tivessem recursos disponíveis para investimentos. Mesmo com uma arrecadação própria agregada que cresceu apenas 2% nominais em 2020, abaixo da inflação de 4,5% no ano, os investimentos do conjunto dos 27 entes federados avançaram 10,8% nominais contra o ano anterior. Em 13 Estados a variação ficou acima de 20% e em dez deles a alta superou os 30%.

Foram de grande ajuda as transferências da União, que subiram 36,2% incluindo na conta os repasses extraordinários realizados por conta da pandemia, o que permitiu à receita corrente crescer em ritmo mais forte que a arrecadação própria, com alta de 6,6% nominais no conjunto dos 26 Estados mais o Distrito Federal. Com a dedução dos R\$ 6,4 bilhões pagos pelo governo federal aos Estados relativos ao leilão da cessão onerosa do pré-sal na base de 2019, a expansão nominal das transferências da União foi de 43,1%.

Outra grande ajuda do pacote da União se deu pelo lado das despesas, com a suspensão por seis meses dos pagamentos de amortização e juros da dívida com o governo federal. No ano passado, a despesa com amortização de dívida dos Estados caiu 23,3%, sempre com variações nominais.

Nem todos os Estados, porém, elevaram os investimentos no segundo ano de mandato dos governadores. Entre as exceções ficaram Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro (*Ver quadro ao lado*).

Os dados foram levantados pelo **Valor** nos relatórios de execução orçamentária entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional. Foi considerada como arrecadação própria o recolhimento de impostos, contribuições e taxas. Nas despesas, foram comparados os valores empenhados.

A economista Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman, diz que os números mostram para parte dos entes o melhor cenário em muitos anos. "Mas são resultado de uma quadro conjuntural excepcional e pode mascarar uma situação estruturalmente desequilibrada nos Estados que não têm feito a lição de casa."

Como a proibição aos Estados à criação de novas despesas de pessoal estabelecidas pela Lei Complementar 173/2020 - uma das que estabeleceu medidas de socorro da União - cessam ao fim de 2021 e no próximo ano haverá eleições, a preocupação, diz Ana Carla, é de que suba a pressão por aumento de gastos, agravando o desequilíbrio. Já há, diz, sinais dessas pressões.

Entre os Estados que aumentaram os investimentos no ano passado, saúde e infraestrutura estão são as áreas mais relatadas por representantes de Estados.

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, explica que no ano passado o Estado recebeu R\$ 900 milhões a menos do que estava previsto no orçamento em royalties e participação de petróleo, mas essa frustração foi compensada em grande parte pelas transferências extraordinárias do governo federal. A receita de royalties e participações especiais do petróleo já chegou a representar 15% do orçamento capixaba. As receitas correntes do Estado encerraram 2020 com queda

nominal de 0,6%, o que foi considerado um resultado bom frente às perspectivas da fase mais aguda da pandemia no ano passado.

Os investimentos do Estado, que somaram R\$ 1,5 bilhão em 2020, com avanço de 39,5% contra 2019, foram garantidos, aponta Pegoretti, principalmente por recursos do fundo estadual de infraestrutura montado anteriormente com receitas extraordinárias, como da unificação de campos de petróleo e da cessão onerosa.

“As obras foram mantidas no ano passado, assim como o nível de investimentos planejado”, diz Pegoretti. O fundo de infraestrutura, diz ele, tem ainda saldo de R\$ 930 milhões. No ano passado, lembra, além de obras viárias, a saúde também teve recebido grande volume de investimentos. A estratégia, diz, foi investir na ampliação de capacidade permanente de atendimento da saúde em vez de montar hospitais de campanha para atender os casos de covid-19. A estratégia foi importante na segunda onda, já que o Estado não precisou desmontar e remontar esses hospitais de campanha.

Em relação a 2021, diz ele, ainda há muita incerteza sobre a evolução da economia em razão da indefinição sobre o auxílio emergencial e da vacinação.

René Garcia, secretário de Fazenda do Paraná, tem preocupação semelhante. No ano passado, lembra, com a suspensão da dívida, R\$ 600 milhões deixaram de ser pagos pelo Estado à União. Isso, mais os repasses extras do governo federal, diz, permitiram ao Estado fechar o ano passado com disponibilidade de caixa de R\$ 1,7 bilhão, o que deve ajudar a fazer frente, pelo menos durante o primeiro trimestre, às “intempéries”, como gastos maiores na saúde, por exemplo. A arrecadação própria do Estado aumentou 0,7% nominais em 2020, mas com os repasses extras da União o total da receita de transferências correntes aumentou 25,9%. Isso contribuiu para as receitas correntes fecharem com alta de 5,2%.

Os recursos economizados com o pagamento da dívida, diz ele, permitiram no ano passado aplicações maiores na saúde e assistência social. Os investimentos, que somaram R\$ 3,1 bilhões, com aumento de 20,9% em 2020, diz ele, foram financiados com o superávit financeiro de R\$ 2 bilhões obtidos em 2019, além de recursos para empréstimos.

Em Alagoas, diz o secretário de Fazenda George Santoro, o auxílio emergencial aos mais vulneráveis elevou a arrecadação própria. “O efeito foi diferente entre os Estados. Em Alagoas, onde a base de arrecadação de ICMS é muito baseada em consumo, o impacto positivo foi grande”, diz. O Estado teve desempenho melhor que a média na arrecadação própria em 2020, com alta de 7,2% nominais na comparação com 2019.

Com a ajuda dos repasses extras da União, as receitas correntes avançaram 20% e os investimentos alcançaram R\$ 1 bilhão, montante 23,8% maior do que o de 2019. Valores equivalentes aos R\$ 440 milhões em repasses extras da União em 2020, diz ele, ficaram praticamente livres e geraram superávit financeiro ao fim do ano. Isso juntamente, com a redução de despesa da dívida com a União, resultou em R\$ 740 milhões em recursos disponíveis ao Estado somente com essas duas medidas.

No Rio Grande do Sul, o secretário de Fazenda Marco Aurelio Cardoso explica que a ajuda da União contribuiu para que o Estado fechasse o ano passado com déficit orçamentário de R\$ 597 milhões, um sexto do rombo de 2019. Candidato à adesão ao novo programa de recuperação fiscal aprovado em âmbito federal, o Estado tem comemorado há dois meses o pagamento em dia dos salários de seus servidores, após mais de quatro anos com atrasos.

Cardoso diz, porém, que o resultado de 2020 também deve ser creditado às reformas administrativa e previdenciária que o Estado aprovou em 2019. Isso permitiu ao Estado reduzir de R\$ 12,4 bilhões para R\$ 10,3 bilhões o déficit previdenciário. As despesas correntes caíram 0,12% em termos nominais em 2020 em relação ao ano anterior, apesar da elevação de 18% nos gastos com saúde. Com ajuda das transferências da União, as receitas correntes do Estado aumentaram 5,4%. Os investimentos subiram 3,2%.

## ESTADOS E MUNICÍPIOS FECHAM 2020 COM O DOBRO DE DINHEIRO EM CAIXA, APONTAM DADOS DE TESOURO E BC

OBJ

admin 10 Fevereiro, 2021

Apesar da pandemia do novo coronavírus, estados e municípios fecharam 2020 com quase o dobro de dinheiro em caixa em relação ao ano anterior, segundo dados do Tesouro Nacional e do Banco Central. De acordo com as duas instituições, o saldo de estados e municípios passou de R\$ 42,7 bilhões em 2019 para R\$ 82,8 bilhões, no fim do ano passado, uma alta de 94%. Trata-se da maior disponibilidade de caixa para prefeitos e governadores em ao menos 19 anos.

Mesmo assim, é insuficiente, segundo avaliação do presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, secretário da Fazenda do Piauí. Segundo Fonteles, a melhora do caixa dos estados é “absolutamente transitória”. “Esse fôlego ocorreu graças a três eventos extraordinários – à transferência realizada pela União; ao pagamento do auxílio emergencial; e à suspensão da dívida dos estados. É uma melhora real, porém, passageira, absolutamente transitória. A preocupação com a situação fiscal dos estados continua”, declarou.

Ao todo, estados e municípios receberam R\$ 60 bilhões em quatro parcelas, pagas entre junho e setembro, segundo os dados do Tesouro e do BC. Como contrapartida, os entes da federação ficaram proibidos de conceder reajustes salariais aos servidores até o fim de 2021. Proposta tinha sido aprovada no começo de maio pelo Congresso. Salários dos servidores públicos terão que ficar congelados até o fim de 2021. Um dos trechos vetados pelo presidente liberava algumas categorias, como saúde, segurança pública e Forças Armadas, do congelamento.

Essas transferências foram o segundo maior gasto do governo federal no combate à Covid-19. Só ficaram atrás do auxílio emergencial, que custou R\$ 293 bilhões e beneficiou quase 68 milhões de pessoas. Além dos repasses, Estados e municípios tiveram, ao longo de 2020, a suspensão do pagamento das dívidas com a União, também no valor de R\$ 65 bilhões. Ou seja, no total, o pacote de ajuda se aproximou dos R\$ 125 bilhões.

Mas, sem a previsão de novas transferências e sem a definição de uma nova rodada de pagamento do auxílio emergencial, a situação do caixa de estados e municípios pode voltar a se deteriorar – Fonteles argumenta que os estados voltaram, a partir de 1º de janeiro, a pagar as parcelas da dívida que têm com a União. No mês passado, o Comsefaz pediu, em carta ao Poder Legislativo, a prorrogação das medidas econômicas para o enfrentamento da segunda onda da pandemia de Covid-19.

“Nossos gastos com saúde cresceram bastante no ano passado. Com a continuidade da pandemia, com o atraso do calendário de vacina em relação ao que temos visto no resto do mundo, continuaremos gastando bastante com saúde este ano. O auxílio emergencial no ano passado gerou consumo, aumentou a arrecadação com o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, estadual]. Não fosse ele não teríamos essa folga que foi observada nos números.”

Para a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão atrelado ao Senado Federal, os dados do Tesouro Nacional evidenciam que o socorro da União acabou sendo mais generoso do que o necessário. Isso porque as arrecadações estaduais e municipais caíram bem menos do que o previsto no início da pandemia – em alguns casos, até cresceram. Dados da IFI indicam que, em alguns estados, a melhora da receita tributária chegou a superar os dois dígitos.

O grande impulsionador foi o auxílio emergencial, que alavancou o consumo e turbinou a arrecadação do ICMS, no caso dos estados, e do Imposto Sobre Serviços (ISS), no caso dos municípios. Nesse cenário, o governo federal fechou 2020 com um rombo de R\$ 745,3 bilhões nas contas públicas. Já estados e municípios foram na contramão e apresentaram um resultado positivo de R\$ 38,7 bilhões.

Apesar do forte crescimento do caixa, secretários de Fazenda de 18 estados se uniram no início do ano para pedir ao Congresso Nacional a prorrogação de medidas econômicas para o enfrentamento da segunda onda da pandemia. Em carta, os membros do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) solicitaram a renovação do auxílio emergencial, do estado de calamidade pública e do “orçamento de guerra” por seis meses.

Além disso, pediram a suspensão do pagamento de precatórios e a possibilidade de suspensão do pagamento de amortização e juros de dívidas com a União, bancos públicos e de operações de crédito feitas com instituições financeiras e multilaterais com aval da União por um ano. A equipe econômica já admite renovar o auxílio emergencial, mas em uma versão mais enxuta, que atinja apenas metade dos beneficiários de 2020. E isso aconteceria dentro do Orçamento regular, tendo como contrapartida a aprovação de medidas fiscais.

Economistas e o próprio Tesouro Nacional alertam que, apesar do alívio momentâneo no caixa de Estados e municípios, esses governos têm registrado piora na contabilidade nos últimos anos. O cenário tem forte relação com o aumento das despesas com o funcionalismo público – o que reforça a necessidade de reformas estruturais. Em 2019, nove estados superaram o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para gastos com pessoal. A lei diz que os estados não podem gastar mais de 60% da receita corrente líquida com pagamentos a servidores, incluindo os da ativa e os aposentados. Atualmente, somente o Rio de Janeiro faz parte do Regime de Recuperação Fiscal, mecanismo criado para socorrer e reestruturar as finanças dos estados em crise. Mas pelo menos outros três governos negociam adesão: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

## Preço de refinaria pode cair se Petrobrás sofrer interferência do governo

***Investidores teriam derrubado valor da unidade da Bahia em pelo menos 35%, segundo especialistas; estatal quer vender 8 plantas, mas polêmica em torno dos preços dos combustíveis pode atrapalhar os planos***

Fernanda Nunes e Denise Luna, O Estado de S.Paulo

10 de fevereiro de 2021 | 05h00

RIO - O receio de interferência do governo nos preços dos combustíveis da [Petrobrás](#) pode levar investidores a pagar menos pelas refinarias postas à venda pela estatal. Analistas do mercado financeiro e especialistas do setor de [petróleo](#) avaliam que o valor pago pela refinaria baiana **Rlam**, de US\$ 1,65 bilhão, ficou abaixo do de mercado e já reflete o receio de ingerência política no setor.

Além disso, dizem que o momento de crise não é o mais favorável para a venda de ativos de grande porte, como refinarias. Ao todo, a Petrobrás quer se desfazer de 8 das suas 13 refinarias e manter apenas as instaladas na [Região Sudeste](#) do [País](#). A única a ser vendida até agora foi a Rlam, para um dos fundos de investimento dos [Emirados Árabes](#), o [Mubadala](#). O anúncio do fim da negociação foi feito na segunda-feira.



Petrobrás não recebeu oferta satisfatória pela Repar, no Paraná. Foto: André Valentim/Agência Petrobrás

No mesmo dia, a companhia petrolífera informou também não ter recebido oferta satisfatória pela **Repar**, instalada no [Paraná](#). Nesta semana, novos ruídos na comunicação da política de preços dos combustíveis da Petrobrás trouxeram à tona o fantasma de uma possível intervenção do governo federal no setor. A empresa informou que pode demorar até um ano para se alinhar ao mercado internacional e repassar altas na cotação do petróleo aos seus clientes.

Investidores viram na medida um risco de a empresa estar sendo usada para favorecer caminhoneiros, grandes consumidores de diesel e apoiadores do presidente [Jair Bolsonaro](#). Se a Petrobrás vende combustível a um valor inferior ao do mercado internacional, obriga seus concorrentes a fazer o mesmo e pode levá-los a perder dinheiro com o negócio. Apenas as refinarias instaladas em locais mais distantes estão livres de uma intervenção política, porque, nesses locais, a estatal não conseguirá levar o seu produto.

Esse deve ser o caso da **Reman**, em [Manaus](#), avalia **Rodrigo Leão**, coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep). Pelas contas do banco [BTG](#), o Mubadala pagou 35% menos do que a Rlam valia.

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) estima um desconto na casa dos 50%. A estatal, por meio de sua assessoria de imprensa, respondeu, no entanto, que negócios como esse só são aprovados se atenderem às premissas próprias e de assessores financeiros independentes.

## Preços

**Edmar Almeida**, pesquisador da PUC-Rio, afirma que qualquer discussão que possa ser interpretada como interferência na política de preços da Petrobrás cria incertezas que podem afetar o apetite dos investidores. “É importante que o governo mude o foco da negociação com os caminhoneiros, e passe a mensagem clara de que não tem como subsidiar o diesel”, acrescenta. “Todo mundo sabe que aqui se muda de ideia. Quem vem para o Brasil precifica o risco”, diz a **ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)** e pesquisadora da FGV, **Magda Chambriard**.

Para o **professor do Grupo de Economia da Energia (GEE), do Instituto de Economia da UFRJ, Helder Queiroz**, a dificuldade da estatal de se desfazer da refinaria paranaense é o principal sinal de que os investidores estão receosos. O **analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman**, lembra que a Petrobrás se comprometeu com o **Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)** a se desfazer das refinarias até o fim do ano. Com isso, a tendência é que a empresa tenha pressa em fechar o negócio, o que pode contribuir para reduzir ainda mais o valor pago pelas fábricas de combustíveis

Em meio à polêmica sobre uma possível intervenção do governo nos preços dos combustíveis, a Petrobrás voltou a pressionar o Índice Bovespa de ontem, seus papéis encerram a sessão em baixas de 2,60% (ON) e 2,03%(PN). /COLABOROU WAGNER GOMES



# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

**CONJUNTURA** No ano passado, a retração da indústria da Bahia foi maior que a média nacional do setor, que registrou um desempenho negativo em -4,5%

## Produção industrial baiana tem queda de 5,3% em 2020

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL

Em dezembro de 2020, a produção industrial da Bahia, descontados os efeitos sazonais, teve queda de 4% após ter apresentado sete meses de resultados positivos ou estabilidade.

Segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi o maior recuo da indústria entre as 15 áreas investigadas pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) e um desempenho bem pior que o verificado no país como um todo.

Assim, a indústria da Bahia fechou 2020 com uma nova queda de produção de 5,3% em relação ao ano anterior, o segundo resultado negativo consecutivo nesse indicador anual.

Já na comparação com dezembro de 2019 a produção industrial baiana apresentou variação positiva de 0,4%, a segunda consecutiva após sete meses de quedas seguidas (em novembro, a indústria havia avançado 0,6% no estado). Nesse confronto, o desempenho da indústria da Bahia também ficou bastante aquém do nacional (a produção industrial brasileira cresceu 8,2% na comparação dezembro 20/ dezembro 19).

### Desempenho nacional

Nacionalmente, a produção industrial fechou o ano de 2020 com queda em 12 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE. Os principais recuos foram registrados no Espírito Santo (-13,9%), Ceará (-6,1%) e São Paulo (-5,7%). Na média nacional, segundo dados do instituto divulgados na semana passada, a indústria teve queda de 4,5%.

Outros locais que tiveram redução da produção acima da média nacional foram Amazonas (-5,5%), Rio Grande do Sul (-5,4%), Bahia



Carlos Casaes / Ag. A TARDE / 17.3.2009

**Apenas em dezembro de 2020, a produção da indústria da Bahia teve queda de 4%**

(-5,3%) e Mato Grosso (-5,2%).

Também recuaram no ano passado, porém abaixo da média nacional, os seguintes locais: Santa Catarina (-4,4%), Minas Gerais (-3,2%), Região Nordeste (-3%), Paraná (-2,6%) e Pará (-0,1%).

Três estados fecharam o ano com resultado positivo: Pernambuco (3,7%), Rio de

Janeiro (0,2%) e Goiás (0,1%).

Na comparação de dezembro de 2020 com o mês anterior, houve alta em 11 dos 15 locais pesquisados, com destaque para Espírito Santo (5,4%) e Ceará (4,7%). Quatro locais tiveram queda, sendo as maiores delas observadas na Bahia (-4%) e no Amazonas (-3,7%).

Na comparação anual, de dezembro do ano passado com dezembro de 2019, 13 dos 15 locais tiveram aumento na produção. Os destaques foram Rio Grande do Sul (19,7%), Paraná (18,9%), Santa Catarina (18,7%) e Minas Gerais (18,4%). Dois locais tiveram queda: Rio de Janeiro (-3,9%) e Goiás (-3,5%).

## Ford faz acordo com Procon-SP e mantém assistência no Brasil

**BRUNO BOCCHINI**  
Agência Brasil, São Paulo

A Fundação Procon de São Paulo e Ford Motor Company Brasil fecharam um acordo em que a empresa se compromete a manter assistência ao consumidor no país, com operações de vendas, serviços, assistência técnica, peças de reposição e garantia para seus clientes.

O acordo, divulgado ontem, tem abrangência nacional e vigência durante toda a vida útil dos veículos vendidos pela marca. "O acordo garante a tranquilidade de quem já possui um veículo da montadora ou que venha a adquirir um. Vale destacar que o acordo é válido para todo o Brasil", destacou o diretor executivo do Procon-SP, Fernando Capez.

A montadora Ford anunciou em janeiro o encerramento de suas atividades produtivas no Brasil e o fechamento das suas duas fábricas: em Camaçari (BA) e Taubaté (SP). A empresa manterá em funcionamento apenas o Centro de Desenvolvimento, na Bahia; o Campo de Provas, em Tatuí (SP); e sua sede regional, em São Paulo.

### ÍNDICE

## Energia e passagens aéreas ajudaram a segurar a inflação

**ANA CRISTINA CAMPOS**  
Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país, registrou 0,25% em janeiro, 1,10 ponto percentual abaixo da taxa de dezembro de 2020 (1,35%). A informação foi divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos últimos 12 meses, o indicador acumula alta de 4,56%, acima dos 4,52% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2020, a variação havia sido de 0,21%.

Segundo o IBGE, alimentos e bebidas continuam puxando os preços para cima, mas com menos força. Já a mudança de bandeira nas contas de energia elétrica e as quedas nos preços de passagens aéreas ajudaram a segurar a inflação em janeiro.

"Houve uma queda de 5,60% no item energia elétrica, que foi, individualmente, o maior impacto negativo no índice do mês (-0,26 ponto percentual) Após a vigência da bandeira tarifária vermelha patamar

2 em dezembro, passou a vigorar em janeiro a bandeira amarela. Assim, em vez do acréscimo de R\$ 6,243 a cada 100 quilowatts-hora, o consumidor passou a pagar um adicional bem menor, de R\$ 1,343. O que resultou em uma deflação (-1,07%) no grupo Habitação, do qual esse item faz parte, mesmo com a alta em outros componentes, como o gás encanado (0,22%) e a taxa de água e esgoto (0,19%)", disse, em nota, o gerente da pesquisa, Pedro Kislánov.

De acordo com o estudo, outro grupo que registrou deflação em janeiro foi o de vestuário (-0,07%), após alta

### INFLAÇÃO DO ALUGUEL É DE 25,71% EM 12 MESES

**O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), usado no reajuste de contratos de aluguel, registrou inflação de 2,58% em janeiro deste ano. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 12 meses o acumulado é de 25,71%**

de 0,59% em dezembro, quando as vendas do setor se aqueceram para as festas de fim de ano.

Entretanto, os demais sete grupos que compõem o índice contabilizaram elevação de preços, com destaque para alimentação e bebidas (1,02%), grupo que apresentou a maior variação e o maior impacto positivo (0,22 ponto percentual) no índice do mês. Mas a alta foi menos intensa que a de dezembro (1,74%).

"Os alimentos para consumo no domicílio, que haviam subido 2,12% no mês anterior, variaram 1,06% em janeiro. As frutas subiram menos (2,67% contra 6,73% em dezembro) e as carnes caíram de preço (-0,08% contra alta anterior de 3,58%), assim como o leite longa vida (-1,35%) e o óleo de soja (-1,08%). Por outro lado, os preços da cebola (17,58%) e do tomate (4,89%), que haviam recuado no mês anterior, aumentaram", explicou Kislánov.

Já a alimentação fora do domicílio teve movimento inverso, passando de 0,77% em dezembro para 0,91% em janeiro.

### BENEFÍCIO

## Retomada do auxílio pode elevar juros, diz presidente do BC

DA REDAÇÃO

A retomada do auxílio emergencial por parte do governo sem "contraparte", ou seja, sem uma compensação com um corte de gastos ou alta de tributos, segundo o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pode provocar alta da taxa básica de juros, a Selic, atualmente na mínima histórica de 2% ao ano.

Pago durante o ano passado a trabalhadores informais afetados pela pandemia, o auxílio emergencial foi suspenso em dezembro. Entretanto, com a manutenção dos efeitos da pandemia sobre a economia e lentidão da vacinação contra a Covid-19 no país, o governo discute a retomada do benefício.

Segunda-feira, o presidente Jair Bolsonaro disse estar "negociando" o tema com ministros. Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou, na semana passada, que o auxílio emergencial pode voltar a ser pago para cerca de 32 milhões de pessoas, metade dos beneficiários de 2020.



## Reforma Administrativa vai para a pauta do Congresso Nacional



**Cavalcanti diz que a sociedade precisa pensar e discutir as reformas necessárias para o Brasil**

O cenário para a Reforma Administrativa mudou na Câmara dos Deputados com a eleição de Artur Lira (PP-AL) para presidente da casa. Com isso, as análises indicam que o caminho fica mais rápido para o assunto entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

Coordenado pela Associação Comercial da Bahia (ACB), o Movimento Reforma Administrativa Eficiente (M-RAE) já vive o clima do momento favorável. Para não perder essa oportunidade, a ACB está empenhada e buscando montar uma ampla rede de associativismo empresarial na defesa não só da causa dos empresários, mas em prol de um cenário econômico e social melhor para todos.

Lançado há poucos meses, o Movimento Reforma Administrativa Eficiente (M-RAE) é uma frente voltada para a discussão e implementação das reformas estruturantes que recolocam o Brasil nos trilhos do desenvolvimento. Tema da maior urgência para o país, a reforma administrativa é a principal pauta do movimento que vem buscando agregar diversos setores da sociedade, a exemplo das classes produtivas, trabalhadores organizados, bem como gestores e servidores públicos.

"Estamos em um momento de expansão do M-RAE e os diálogos estão sendo feitos com entidades de diversos estados. A sociedade precisa pensar e discutir democraticamente as reformas necessárias para o Brasil e quanto mais entidades estiverem juntas conosco neste processo, mais fortalecida fica esta iniciativa", explica o vice-presidente da ACB, Paulo Cavalcanti.

Atualmente, o M-RAE conta com a participação do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE-BA), Fórum Empresarial da Bahia, Sebrae, Instituto Miguel Calmon (IMIC), Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Fecomércio, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia (FCDL-BA), Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia (Faceb), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP-BA), Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências do Estado da Bahia (Sindicombustíveis-BA) e LIDE-MT.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

### CURTAS

## Cartões movimentam R\$ 2 trilhões

Os pagamentos feitos pelos brasileiros com cartões de crédito, débito e pré-pagos chegaram aos R\$ 2 trilhões em 2020, o que corresponde a um crescimento de 8,2% na comparação com o ano anterior, segundo balanço divulgado ontem pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Entre as modalidades de pagamento, o uso do cartão de débito teve desempenho acima da média em 2020, chegando a R\$ 762,4 bilhões, com crescimento de 14,8%. O cartão de crédito

registrou R\$ 1,18 trilhão em transações, com alta de 2,6%. Já o cartão pré-pago movimentou R\$ 45,3 bilhões e cresceu 107,4%.

**Entre as modalidades, o cartão de débito teve desempenho acima da média**

# SALVADOR Imunização de profissionais de saúde e de idosos com menos de 85 anos será interrompida por falta de vacina

## Vacinação é suspensa para alguns grupos

GABRIEL ANDRADE

A imunização de profissionais de saúde e de idosos com menos de 85 anos será interrompida em Salvador esta semana por falta de vacinas. A informação foi passada ontem pelo secretário da Saúde de Salvador, Leo Prates, em entrevista coletiva. Hoje, apenas a imunização de idosos acima de 87 anos será feita. Na quinta-feira, 11, só serão vacinados idosos acima de 86 e na sexta, 12, acima de 85 anos.

A exceção são imunizações que serão feitas em domicílio, pelo VacinaExpress que já haviam sido agendadas. Ao todo, Salvador aplicou 95% das doses recebidas. Foram usadas 102.478 das 107.786 doses contra a Covid-19 distribuídas ao município. Em toda a Bahia, já são 332.183 vacinados contra o coronavírus. Segundo Prates, após isso será feito um acompanhamento para verificar quais idosos faltam para serem vacinados. O secretário diz que a imunização na capital teria sido interrompida completamente, caso o governo do estado não tivesse se comprometido a ceder mais oito mil doses para Salvador – quatro mil da Coronavac e quatro mil do imunizante da Oxford/Astrazeneca. A segun-



Olga Leiria/ Ag. A TARDE

Hoje serão vacinados idosos acima de 87 anos. Amanhã, os acima de 86 e, na sexta aqueles acima de 85 anos

**Ao todo, Salvador aplicou 95% das doses recebidas. Em toda a Bahia, já são 332.183 vacinados**

da dose para quem já foi vacinado está garantida e deve começar a acontecer a partir do dia 16 de fevereiro. Prates criticou a atuação do governo federal na distribuição e compra das vacinas. “Já que ele [governo federal] assumiu esse papel e que é dele no Sistema Único de Saúde, a gente apela para o governo pelo envio de novas doses”, disse Prates. “Antes o planejamento era da Bahia rece-

ber 230 mil doses, mas depois o Governo Federal diz que só enviou 183 mil. É difícil fazer qualquer tipo de planejamento dessa forma”, comentou.

Do total de doses que Salvador recebeu, 74.140 foram da CoronaVac e outros 34.840 do imunizante da Oxford. Até então, das 106 mil pessoas receberam a primeira dose na capital, foram 85,6 mil trabalhadores da

saúde, mais de 1,4 mil pessoas (entre idosos e pessoas com deficiência física) que residem em Instituições de Longa Permanência e cerca de 19 mil idosos acima de 80 anos. Segundo o secretário, na capital baiana, foram vacinados 8272 idosos com mais de 90 anos – o que representa cerca de 95% dos idosos dessa faixa etária de Salvador. Em casa, pelo sistema VacinaExpress, foram

1980 pessoas imunizadas.

**Números**

Com o começo da vacinação contra Covid-19 em Salvador, no dia 19 de janeiro, a capital baiana já ultrapassou a marca de 100 mil pessoas vacinadas. O anúncio foi feito pelo secretário de Saúde do município, Leo Prates, ontem, nas redes sociais. “Ultrapassamos a marca de 100 mil vacinados em Salvador, em menos de um mês. Somos uma das capitais que mais vacinam no país! Orgulho do trabalho da nossa equipe! A nossa missão é salvar vidas!”, disse o gestor da SMS no Twitter.

Somente na segunda-feira, 8, mais de 3,4 mil idosos com idades entre 80 e 89 anos foram vacinados em toda a Bahia. O total de vacinados no estado já supera os 291 mil baianos, sendo o segundo do Brasil em número de imunizados.

Em Salvador, a Prefeitura ampliou a ação de imunização em domicílio, a chamada Vacina Express. De acordo com o balanço do consórcio de veículos de imprensa, o Brasil já aplicou 3.598.838 de doses da vacina contra a Covid-19 até este domingo, 7. A segunda dose já foi aplicada em 25.688 pessoas nos estados de Pernambuco e Minas Gerais.

## 93% dos leitos de UTI estão ocupados no sudoeste

RODRIGO AGUIAR

Com altas taxas de ocupação de leitos de UTI para a Covid-19, as regiões sudoeste e sul da Bahia acenderam o alerta vermelho da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab). Enquanto a ocupação dos leitos de UTI exclusivos para a doença no estado é de 73%, no Sul esse índice é de 84% e, no Sudoeste, alcança 93%, conforme os últimos números do sistema de acompanhamento de leitos da Sesab.

Todo o sudoeste do estado dispõe de 70 leitos de UTI adulto para a Covid-19, todos instalados em Vitória da Conquista, maior cidade da região e 3ª maior da Bahia. Dos 70 leitos existentes, 65 estão ocupados. Em dezembro, o estado instalou 10 novos leitos de UTI para Covid-19 no município. A Bahia tem 1.038 leitos de UTI adulto para infectados pelo novo coronavírus.

“Estamos sempre atentos e, quando chega a 80% fazemos um esforço adicional para retirar pacientes de

**Na região sul do estado, o índice de ocupação de UTIs é de 84% e, no Sudoeste, essa ocupação alcança 93%**

UTIs, adiantar altas. Estamos sempre buscando agilizar o giro do leitos”, afirma o secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas. Na última semana, uma decisão judicial desobrigou o estado a construir 105 leitos de UTI no Sudoeste baiano. O desembargador federal e presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Ítalo Fioravanti Mendes, suspendeu decisão do juiz federal Diego do Carmo, que determinou a

implantação de 80 leitos de UTI adulto e 25 leitos de UTI pediátrica na região.

Pela decisão do magistrado da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista, pelo menos 30% desses leitos deveriam ser instalados e colocados em funcionamento no prazo de 12 meses, o que corresponderia a 24 leitos de UTI adulto e 8 leitos de UTI pediátrica.

O presidente do TRF-1, entretanto, acolheu a alegação

do estado de que o desvio de recursos humanos e orçamentários destinados ao combate à pandemia do coronavírus “provocará o desrespeito à descentralização das ações sanitárias que deverão beneficiar toda a população baiana, causando sérios impactos na área da saúde e das finanças públicas”. Ainda segundo o desembargador, não havia um quadro de grave violação à saúde e à ordem jurídico-ad-

ministrativa. A prefeitura de Vitória da Conquista tem batido na tecla, desde o começo da pandemia, de que a maior parte das pessoas internadas na cidade são de outros municípios. De acordo com a última atualização da gestão municipal, 60% dos pacientes em leitos de UTI vêm de outras cidades.

Segundo Vilas-Boas, para a distribuição dos leitos, a Sesab não trabalha “com o conceito de cidades”, e sim de

## Bahia tem 1.038 leitos de UTI adultos para Covid-19

regiões de saúde. O prefeito de Ilhéus, Mário Alexandre, também diz que a estrutura sofre com uma demanda muito alta da região Sul. “As cidades menores não tem condições”, afirma. A cidade tem 50 leitos de UTI para Covid-19, mas deverá ganhar mais 20 nos próximos dias, de acordo com o gestor. “Conversamos com o estado e faremos convênio para o repasse vir”, diz o prefeito, mais conhecido como Marão. Segundo Vilas-Boas, serão 20 leitos de suporte ventilatório, instalados no Centro Covid-19 montado no Centro de Convenções do município. Dos 50 leitos de UTI de Ilhéus, 46 estão ocupados.

Em Itabuna, a situação também é preocupante, mas com uma taxa de ocupação menor – são 26 leitos Covid, dos quais 16 ocupados. Em Jequié, somente dois dos 29 leitos UTI Covid estão disponíveis.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM [WWW.ATARDE.COM.BR](http://WWW.ATARDE.COM.BR)

## “Na dúvida sobre a vacina, confie na ciência”, alerta infectologista



VICTOR ROSA

Com mais de 200 mil mortos pela Covid-19, o Brasil ainda enfrenta problemas com a vacinação contra o coronavírus. Entre os problemas está o grupo de pessoas ‘antivacina’, que incentivam o não uso do imunizante e utiliza da desinformação para gerar dúvidas na população.

Segundo o infectologista Adriano Oliveira, em entrevista para o programa ‘Isso é Bahia’, na rádio A TARDE FM,

na manhã de ontem, as pessoas precisam confiar na ciência e na eficácia das vacinas. “Na dúvida sobre a vacina, confie na ciência. Confie no que a ciência diz. Confie no que os órgãos representativos de ciência séria dizem. Sabe-se que vacina é um fármaco que, classicamente, não produz mal além de um mês depois de aplicada, 45 dias no máximo. Elas são fármacos extremamente seguros e o risco-benefício é favorável da população”, pontuou o médico.

**Mutação**

O especialista também explicou que já era esperado que o novo coronavírus

apresentasse mutações e que sua vacinação possa ser igual a que ocorre contra a gripe, que precisa ser anual. “Diga-se de passagem, ele não é um vírus tão mutável quanto o influenza, o vírus da gripe, mas ele tem mostrado uma certa capacidade”, observou. O melhor método para frear a mutação do vírus causador da Covid-19, conforme o infectologista, é acelerar a vacinação e imunizar rapidamente o maior número de pessoas.

“Esta mutação acontece porque ele é um vírus que está muito solto, com ampla capacidade de reprodução. Temos no mundo hoje uma população de 7,8 bilhões de



Divulgação

## Adriano Oliveira deu entrevista para ‘Isso é Bahia’

pessoas e este vírus vai continuar na sua saga de contaminar cada ser humano do planeta. No momento que ele contamina, ele produz milhões de cópias de si próprio e cada cópia pode sofrer uma mutação”, esclareceu Adriano Oliveira.

O infectologista ainda acrescentou: “A conclusão que a gente chega é que quanto mais solto o vírus estiver, mais chance de mutação ele tem. A estratégia que precisamos implementar é: com as vacinas existentes, temos que vacinar o mais rápido possível a população inteira, além de manter as medidas de distanciamento”.

# Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

●● É hora de cuidar da saúde e da economia ao mesmo tempo, viabilizando a vacinação e tocando pautas importantes, como a autonomia do BC, Lei do Gás e a liberação de recursos parados

**Elmar Nascimento**

Deputado federal pelo DEM da Bahia

## Fogo do inimigo

Deputados federais da Bahia atribuem a Félix Mendonça Júnior (PDT) a derrota de Marcelo Nilo (PSB) na disputa por uma das quatro vagas de suplente da Mesa Diretora da Câmara, eleita no último dia 1°. Reservadamente, parlamentares afirmaram à Satélite que Félix trabalhou pesadamente para convencer a bancada pedetista a votar no concorrente de Nilo ao espaço destinado ao PSB, Cassio Andrade, que é baiano, mas construiu a carreira política no Pará. Por acordo, Nilo era o candidato oficial do partido à suplência, com aval do novo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). No entanto, Andrade contrariou a própria bancada e lançou candidatura avulsa, vencendo Nilo por 202 votos contra 172.

### AUTOR CONFESSO

Após o resultado, Nilo culpou Lira pelo revés, mas a ação de Félix, de quem é inimigo, foi apontada como decisiva para a vitória de Andrade. Procurado, o pedetista confirmou a ofensiva contra o desafeto. "Não dá para saber o tamanho do papel que tive. Apenas que atraí muitos votos de aliados meus para derrotá-lo", disse

## Papel passado

A Procuradoria-Geral da República (PGR) formalizou o acordo de delação da desembargadora presa Ilona Márcia Reis com a Faroeste, cujas tratativas estavam avançadas, conforme noticiou a coluna na última segunda. Investigadores da operação revelaram ainda que já há equipe destacada pela PGR para interrogar Ilona sobre a venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ).

## Pressão na fila

Com a nova delação engatilhada, o falso cônsul Adalton Maturino e a esposa, Geciane Maturino, intensificaram as investidas para colaborar com a Faroeste. Peças centrais do caso, ambos se mostraram dispostos a abrir a caixa-preta do esquema. Até agora não convenceram a PGR de que podem levar a investigação a degraus mais altos.

## Fala, SSP!

Sobre a nota "Operação Abafa", publicada ontem, a SSP diz que o ex-secretário Maurício Barbosa, por ser agente político e não servidor, não responde processo disciplinar e que cabe à Corregedoria da Civil instaurá-lo contra a delegada Gabriela Caldas, ex-chefe de gabinete da SSP.

## Outra versão

Administradora do plano de saúde do servidores estaduais (Planserv), a Qualirede descartou, por meio de sua assessoria, qualquer ligação entre o cerco da PF de Santa Catarina sobre a empresa e o contrato com o governo baiano. Ao contrário do que foi publicado na última edição, afirma que a Bahia não é mencionada no caso, "nem mesmo indiretamente", explica que a operação da PF catarinense "está em fase de investigação" e alega que gestores da empresa alvos da ação já foram afastados.

## Por tabela

Cotado para o Ministério da Cidadania, o deputado João Roma (Republicanos) informou que há possibilidade de ser nomeado, mas que a forma como a imprensa trata o assunto tem objetivo de desgastar o ex-prefeito ACM Neto (DEM).

**ECONOMIA**

**TURISMO** A retomada do turismo em Salvador está sendo mais lenta que o esperado por empresários. Segundo levantamento da Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado da Bahia (Fetur), a ocupação nos 22 maiores hotéis da cidade foi de 46,32% em janeiro. Essa é a menor média atingida desde 2001, quando o levantamento passou a ser feito. Tradicionalmente, janeiro é o melhor mês para o setor, que chega a atingir mais de 90% de ocupação.

Silvio Pessoa, presidente da Fetur, não tem dúvidas que a pandemia contribuiu para o resultado e culpa a falta de divulgação de Salvador pelos governos estadual e municipal. "Enquanto outros estados estão fazendo divulgação dos seus locais turísticos, nós estamos sem promoção e estratégia. Não temos campanhas, marketing. Não estamos tendo nada para atrair esse turista", afirma. Ainda para ele, a ausência de turistas na cidade afeta tanto o setor hoteleiro como também a diversos segmentos da economia baiana. "Tem o mercado informal, de transporte, alimentação. O turismo representa 20% do PIB de Salva-



Pesquisa usou informações de 22 maiores hotéis da cidade, situados em bairros turísticos, como o da Barra

## Ocupação hoteleira é a menor para janeiro em Salvador

dor", garante.

Atualmente, Salvador tem o terceiro maior parque hoteleiro entre as capitais brasileiras, perdendo apenas para Rio de Janeiro e São Paulo. No total, são 410 hotéis com cerca de 40 mil leitos de hospedagem. "Nesse período de pandemia, perdemos 60 mil postos de trabalho em bares e restaurantes e 20 mil na rede de hotelaria. São vagas que não serão recuperadas tão cedo", expõe Pessoa, que ainda estima que 30% dos bares e até 10% dos hotéis não voltem a funcionar depois da pandemia acabar.

Presidente da Salvador Destination, Roberto Duran discorda de Pessoa e avalia que a ocupa-

ção hoteleira obtida em janeiro foi conforme o esperado, justamente por causa da pandemia. "Estamos felizes que bateu quase 50%. Atualmente, o que está sendo forte é o turismo de lazer, que realizado em campo ou praia. Nas grandes cidades, até mesmo pela sua conformação, isso não acontece da mesma forma", explica.

Em nota, Fausto Franco, secretário de Turismo do Governo do Estado da Bahia (Setur), disse que o turismo no Estado vem crescendo de forma gradativa: "Saímos de uma média de ocupação de 4%, no auge da pandemia, e fechamos janeiro (2021) na casa dos 50%. Isto demonstra o poder de recuperação deste setor. Entendemos que ainda estamos na pandemia (...), a união de forças contribuirá para a recuperação do segmento".

Fabio Mota, secretário Municipal de Cultura e Turismo (Secult), também recebeu o dado de forma positiva. "Eu recebi a secretária de Recife e lá só tem 30% de ocupação hoteleira. Ela queria saber o que Salvador tinha feito. Atribuo às peças publicitárias e vídeos com foco no turismo regional", disse.

## Ford fecha acordo de fornecimento de peças no Brasil

**PROCON - SP** Em um acordo firmado nesta terça-feira, 9, junto à Fundação Procon-SP, a Ford assumiu o compromisso de manter assistência técnica aos clientes em operações de vendas, serviços, peças de reposição e garantia. O Termo de Compromisso tem abrangência nacional e validade durante a vida útil dos veículos.

A montadora, que anunciou o fechamento das fábricas no Brasil em janeiro, também deve criar um canal de contato com o Procon-SP para tratar das questões coletivas e "evitar a entrada de pedidos judiciais com reclamações".

"Isso nos dá a certeza de que os nossos consumidores saberão da seriedade do nosso compromisso em atender suas demandas", declarou, em nota, o diretor jurídico da Ford, Luis Cláudio Casanova.

Também em nota, o diretor executivo do Procon-SP, Fernando Capez indicou que a medida traz segurança para o consumidor. "Esse acordo garante a tranquilidade de quem já possui um veículo da montadora ou que venha a adquirir um", disse.

Capez ainda destacou que, apesar de ter sido assinado pela entidade de São Paulo, o acordo tem vigência em todo o País.

24h

ECONOMIA

MARCOS CORREA/PR



## Mercado reage negativamente à volta do auxílio

**TETO DE GASTOS** O mercado tem reagido negativamente à possibilidade de o governo reeditar o auxílio emergencial pago à população mais atingida pela crise do coronavírus e com isso desobedecer a lei de teto de gastos. Reportagem publicada ontem no site do jornal Folha de São Paulo apontou que dólar, risco-país e juros futuros registraram alta após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) dizer, na segunda (8/2), que deve prorrogar o benefício social. O Ministério da Economia estuda liberar três novas parcelas do auxílio, no valor de R\$ 200 e com foco nos trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família.

“Dólar e taxas longas de juros ficam pressionados por conta

**Entrevista em que o presidente admite retorno de benefício social repercutiu mal entre os agentes econômicos que atuam no país**

do temor advindo do debate sobre o retorno do auxílio. As contrapartidas desse novo auxílio ainda não foram apresentadas”, diz Simone Passianotto, economista-chefe da Reag Investimentos.

Durante o pregão, o dólar chegou a subir para R\$ 5,4470, mas reduziu ganhos após leilão de 20 mil contratos de swap cambial (US\$ 1 bilhão) feito pelo Banco Central. Esta foi a maior oferta de liquidez feita pelo BC em nove meses.

Após os leilões, a moeda americana fechou em leve alta de 0,18%, a R\$ 5,3820. “Temos uma preocupação muito grande com o teto de gastos e isso pesa no dólar”, diz Gustavo Bertotti, economista da Messem Investimentos.

O risco-país medido pelo CDS de cinco anos subiu 3,94% a 155,94 pontos, após acumular queda de 14% na semana passada. O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país.

Os juros futuros de longo prazo também subiram. Para janeiro de 2028 foi de 7,265% para 7,340%. A taxa para de janeiro de 2030 foi de 7,656% para 7,73%.

**Aumento do dólar, risco-país e juros futuros indicam falta de confiança de investidores no Brasil**

## Presidente do BC diz que sem contrapartida não há espaço para benefício

**DISCIPLINA FISCAL** Questionado ontem sobre a nova rodada de auxílio emergencial, fora do teto de gastos, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que não há nenhum espaço para novas medidas fiscais sem que haja contrapartida. "É preciso tomar ações para que a dívida não continue crescendo. A reação dos mercados nos mostra que a fragilidade fiscal pesa mais do que os eventuais benefícios de se colocar mais dinheiro na economia. Pode acabar tendo o efeito contrário, de contração", afirmou em evento promovido pelo Observatory Group. Campos Neto disse, porém, entender a necessidade de novas medidas de amparo ao trabalhador, mas ressaltou a necessidade de contrapartidas. "Há consenso no Executivo e no Legislativo de que, se algo for feito, tem que ser com disciplina fiscal", completou.

RAFEL RIBEIRO/BCB



**Para Campos Neto, medida pode gerar recessão**

## CÂMARA APROVA URGÊNCIA DE PROJETO QUE DÁ AUTONOMIA AO BANCO CENTRAL

**LEGISLAÇÃO** A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 363 votos a 109, requerimento de urgência para o projeto de lei complementar que estabelece a autonomia do Banco Central. Na prática, essa aprovação acelera a tramitação do projeto, que pode ser analisado diretamente em plenário. O presidente da Câ-

mara, Arthur Lira (PP-AL), colocou o texto em discussão na mesma sessão, logo após a votação da urgência.

Segundo o relator da matéria, deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), o objetivo é aprovar o projeto até amanhã. Se aprovado sem mudanças significativas em relação ao texto do Sena-

do, o projeto seguirá para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Entre outros pontos, a proposta define que haverá mandato de quatro anos para o presidente do BC e que o mandato dele não coincidirá com o do presidente da República. Um dos objetivos com a mudança é blindar o

órgão de pressões político-partidárias.

A autonomia do BC é debatida no Congresso desde 1991, e o projeto entrou na lista de pautas prioritárias do governo, entregue pelo presidente Jair Bolsonaro a Lira e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na semana passada.



## LICENCIAMENTO VOLTA A SER IMPRESSO

**DOCUMENTO DE VEÍCULOS** O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) suspendeu, ontem, dois trechos de uma resolução de dezembro do ano passado que proibiam os órgãos de trânsito de emitirem o Certificado de Registro de Licenciamento (CRLV) em meio físico - isto é, de imprimir o documento do carro. Desde o início deste ano, todos os documentos dos veículos são exclusivamente digitais.

A decisão do Contran vale para todo o país e atende a uma liminar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), no Rio Grande do Sul.

A desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler reconheceu um recurso do Conselho Federal dos Despachantes Documentalistas do Brasil (CFDD/BR) e de mais três entidades de despachantes do estado de Santa Catarina.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 10/02/2021	Página: 02

# Tribuna

## FCA/VLI

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) encaminhou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) um ofício sobre a prorrogação do contrato da Concessionária Ferrovia CentroAtlântica S/A. Segundo a empresa, "a FCA/VLI não trouxe nenhum benefício para a economia baiana ou qualquer contribuição para o desenvolvimento do sistema de transporte ferroviário durante o período de vigência do contrato de concessão". Ainda no texto, a CBPM defende que "enquanto novos estudos não forem apresentados, que fique em suspenso quaisquer tomadas de decisão sobre a renovação antecipada do contrato de concessão da FCA, cuja validade se estende até 01/09/2026, e que a data do encerramento da Consulta Pública seja prorrogada até depois da realização da Audiência Pública na Bahia e nos demais estados".

---

**ADILSON FC**

---

Essencial e fund

## Armas

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista (mais tempo para análise) ontem e suspendeu um julgamento sobre resolução do governo Jair Bolsonaro que busca zerar a alíquota sobre importação de revólveres e pistolas. A medida foi publicada em dezembro pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), mas foi suspensa por liminar do ministro Edson Fachin. A decisão foi tomada em uma ação movida pelo PSB.

## TCE rejeita contas de convênio e multa gestores em R\$ 969 mil

### REDAÇÃO

Ao desaprovar a prestação de contas de convênio firmado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri)/Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA) com a Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária Ltda (Cooadmi), a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) decidiu, em sessão ordinária de ontem, imputar débito de R\$ 969 mil, de forma solidária, à Cooadmi e a três gestores responsáveis: José Raimundo Souza de Santana (Presidente da cooperativa a época da assinatura do convênio até 06/07/2014), Antônio Matos de Souza (Procurador à época) e Jadson Sampaio Silva (Presidente de 07/07/2014 até a data da prestação de contas, 05/11/2015).

Devido à gravidade das irregularidades apontadas pela equipe de auditores, entre as quais a não comprovação do cumprimento

integral do objeto do convênio e da correta aplicação dos recursos repassados, os conselheiros decidiram também pela aplicação de multas de R\$ 5 mil a cada um dos gestores citados e de R\$ 2 mil a Elionaldo de Faro Teles, diretor-presidente da EBDA à época da assinatura e execução do convênio, e a João Bosco Cavalcanti Ramalho, diretor executivo de Agricultura da EBDA à época da assinatura e execução do ajuste. O convênio teve como objeto a cooperação técnica e financeira com vistas à produção e aquisição de árvores frutíferas, essências florestais e flores tropicais, para distribuição a seis mil famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e 500 famílias de produtores da agricultura urbana, em vários territórios de identidade, totalizando 60 municípios e 200 comunidades.

Na sessão, a Primeira Câmara concluiu os julgamentos de outros cinco processos.

# Tribuna

## Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



### ALERTA

O governo federal não tem um plano de contingência para evitar a paralisação das atividades do poder público caso o orçamento não seja aprovado. O alerta consta na conclusão de um relatório de acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU) que analisou aspectos fiscais e de conformidade referentes ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício financeiro de 2021 (PLDO 2021). Segundo a corte de contas, não há arcabouço jurídico que permita qualquer solução, mesmo paliativa, a exemplo da edição de medida provisória, pois isso é vedado pela Constituição Federal.

#### Shutdown

Conforme o relator do processo, ministro Bruno Dantas, "ainda que o temido 'shutdown' (paralisação da máquina pública) tenha sido evitado, há espaço para que os poderes aperfeiçoem os instrumentos jurídicos e administrativos com vistas a mitigar a possibilidade de essa situação tomar a ocorrer".

#### Legislação

A Comissão de Orçamento do Congresso, o TCU apontou a conveniência e a oportunidade de discussão de regras que possibilitem a execução provisória do orçamento em legislação permanente.

deste - reduto do PT -, a falta de credibilidade do petista bateu os 38%.

#### Acordo

Pelo apoio selado para eleger Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o PT ficará com o comando da Comissão de Meio Ambiente do Senado. O acordo, no entanto, desagradou ao Planalto, que vê no colegiado vitrine para expor temas caros ao governo Bolsonaro, como desmatamento, política externa, indígenas e outros.

#### Ninho

Além do governador

#### No limite

Registramos aqui que, sem orçamento, o governo não terá recursos para o pagamento de despesas de ministérios, estatais e órgãos a partir de março. A Comissão de Orçamento do Congresso seria instalada ontem, mas foi adiada devido à morte do senador José Maranhão (MDB-PB).

#### Complexo

A Eneva S.A, empresa que tem como principal acionista o BTG Pactual - banco fundado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes - venceu o leilão e comprou o complexo da Petrobras em Urucu, na Bacia do Solimões, no Amazonas.

#### Sucessor

No ano passado, o ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, deixou o ministério de Guedes para assumir o cargo de economista-chefe do BTG Pactual. O valor da compra do complexo não foi divulgado pela Eneva, que detém outros ativos na região Norte: os campos Azulão e Juruá.

João Doria (SP), caciques engrossam o convite para que o ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de saída do DEM, pouse no ninho tucano. Para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Maia é um "bom quadro" e presidiu corretamente a Câmara.

#### Justa causa

O trabalhador que se recusar a tomar a vacina contra o Covid-19 poderá sofrer sanções, como demissão por justa causa. Esse é o entendimento do Ministério Público do Trabalho.

#### Guia

Em Guia Técnico, o MPT pondera, no entanto, que é fundamental esclarecer e orientar os trabalhadores sobre a importância do ato de se vacinar. "Se houver recusa do empregado à vacinação, a empresa não deve utilizar, de imediato, a pena máxima ou qualquer outra penalidade sem antes informar ao trabalhador a importância do ato de vacinação".

#### Quieta em casa

O presidente Jair Bolsonaro revelou a próximos o nome de sua mãe

# Tribuna

## PONTO DE VISTA

Adary Oliveira

### Reabertura das fábricas de fertilizantes

**A** Petrobras e a Unigel anunciaram esta semana a assinatura de contrato para fornecimento de

gás natural que vai permitir a reabertura das duas fábricas de fertilizantes nitrogenados localizadas em Camaçari, Bahia (Fafen-BA), e em Laranjeiras, Sergipe (Fafen-SE), que tiveram suas atividades paralisadas no início de 2018. As fábricas tinham sido fechadas pela Petrobras sob a alegação de que eram inviáveis e estavam dando prejuízo à estatal.

No dia 11 de abril de 2018, após a Petrobras ter anunciado que iria hibermar as duas fábricas, publicamos aqui na Tribuna da Bahia um artigo intitulado "Três alternativas para a Fafen" em que apresentávamos três procedimentos para evitar a paralisação das unidades: a) adoção de uma política diferenciada de preços, considerando a importância do gás consu-

mido como matéria prima para certas cadeias produtivas; b) permitir a exploração do gás de folhelho, que reduziria substancialmente o preço do gás natural; e c) realização de uma operação "swap" com a troca de gás natural, que possibilitaria o arrendamento das unidades industriais fabricantes de amônia e ureia.

A Petrobras parece ter levado em consideração a nossa proposição e, através de processo licitatório, promoveu o arrendamento das duas unidades. A Proquigel Química, do Grupo Unigel, venceu a licitação e assinou contrato arrendando as duas unidades no dia 21/11/2019 por um período de dez anos, prorrogáveis por igual período, dando início ao trabalho de transição. No dia 04/08/2020 deu-se a transmissão de posse para o arrendamento das fábricas, após a obtenção das licenças e autorizações exigidas pelos órgãos reguladores. Além do

arrendamento das fábricas foi feito o subarrendamento dos terminais marítimos de amônia e ureia no Porto de Aratu-Candeias.

A viabilização da abertura das duas unidades industriais se deve à redução de custos operacionais, principalmente do preço do gás natural, a matéria prima fundamental de todo o processo manufatureiro. Em muito contribuíram os governos dos estados de Sergipe e da Bahia, mantendo os incentivos fiscais para as duas unidades e estabelecendo as condições para comercialização do gás livre, que permite aos grandes consumidores de gás natural (GN) adquirirem o GN diretamente dos produtores ou importadores. O consumo do gás livre em Sergipe foi regulamentado através de decreto estadual (nº 30.352 de 15/09/2016) e o da Bahia através de resolução da Agerba (nº 23 de 16/04/2020).

A operação das duas manufaturas pela Unigel não requer a contratação de novos empregados nas áreas financeira, marketing e recursos humanos, centralizadas em São Paulo. Os novos colaboradores da Unigel Agro, designação que substitui a Fafen, se restringem à área

operacional. Quanto ao GN a Petrobras terá como fonte a produção nos estados da Bahia e Sergipe, importação da Bolívia ou do pré-sal. A estatal também poderá importar o Gás Natural Liquefeito (GNL) com uso de um dos terminais de regaseificação instalados no litoral, inclusive o TR-BA abrigado próximo à Ilha dos Frades, na Baía de Todos os Santos.

A reabertura dessas fábricas não é só importante pela recriação dos empregos e tributos que voltam a recolher, mas também reativa o fornecimento de vários insumos a outras manufaturas, inclusive a dezenas de misturadoras. Aliás, estas últimas voltam a ser supridas pelo nitrogênio (N) contido na ureia das fábricas reativadas, do fósforo (P) dos derivados solúveis da rocha fosfática de Irecê (BA) e do potássio (K) do cloreto de potássio vindo de Camópolis (SE), retomando ao suprimento local dos três nutrientes do agronegócio (NPK). No Brasil isso só acontece na região Nordeste.

**Adary Oliveira é engenheiro químico e professor (Dr.) – adary347@gmail.com**

# Tribuna

## Congresso quer auxílio emergencial fora do teto

Além disso, os parlamentares não querem ouvir falar de medidas de controle de gastos.

AGÊNCIA ESTADO

**O** comando do Congresso sinalizou que quer uma via expressa para a retomada do auxílio emergencial. Os gastos com o benefício devem ficar de fora do limite do teto de gastos, a regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Além disso, ao contrário do que defende o ministro da Economia, Paulo Guedes, a nova rodada do auxílio não deve prever contrapartidas, como a aprovação de medidas de controle de gastos.

Enquanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acenou com a possibilidade de o Congresso abrir uma "excepcionalização temporária" do Orçamento para garantir o pagamento de novas parcelas do auxílio, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), foi além. Disse que não é possível condicionar a concessão do benefício a medidas de ajuste fiscal, com o argumento de que a emergência e a urgência da situação não podem esperar.

Em entrevista à GloboNews, Pacheco disse que o cenário pode ser diferente em três ou quatro meses, com o aumento da imunização, mas agora ele é urgente.

"Só temos duas saídas: ou votamos rapidamente o Orçamento ou o governo federal vai procurar alguma forma de o Congresso excepcionalizar temporariamente o pagamento, até que tenhamos Orçamento para votar um projeto de novo de inclusão mais acessível para a população e que traga as pessoas que estão numa situação muito difícil", disse Lira em entrevista em Alagoas.

Na prática, as falas dos presidentes da Câmara e do Senado sinalizam que o governo e o Congresso negociam uma forma de incluir as despesas da nova rodada do auxílio no que os economistas chamam de "extrateto de gastos". Ou seja, fora da contabilização do limite do teto.

Essa "excepcionalização" poderia ser feita por meio da edição de um crédito extraordinário do Orçamento. Esse tipo de crédito só o governo pode editar. A abertura de crédito extraordinário somente será admi-



tida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Há dúvidas, porém, se os gastos com o agravamento da covid-19, como os de agora, podem ser incluídos na categoria de imprevisíveis.

Outra possibilidade é abrir uma exceção na emenda do teto de gastos, como foi feito na distribuição dos

recursos obtidos no leilão da exploração do pré-sal para Estados e municípios. Nesse caso, o caminho de tramitação exige uma mudança na Constituição. Se adotada a via expressa, o novo auxílio poderá ser concedido antes da aprovação do Orçamento, que deve prever um novo programa social. Uma definição sobre o socorro financeiro do governo aos mais vulneráveis se

arrasta há meses mesmo diante da piora da pandemia.

### META FISCAL

Lira e Pacheco não deram detalhes de como essa brecha orçamentária se daria, mas as discussões avançam na área técnica do Ministério da Economia depois que Guedes aceitou a nova rodada de auxílio com valor em torno de R\$ 200 e por mais três meses,

segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo. Bolsonaro, que publicamente negava a necessidade do auxílio, disse na terça que a discussão para uma nova rodada do benefício é para "ontem".

Pela legislação brasileira, a despesa entra no cálculo do resultado primário (as receitas com a arrecadação de impostos menos as despesas, antes do pagamento de juros). Em 2020, com o chamado orçamento de guerra, as regras fiscais foram suspensas e o governo não precisou cumprir a meta fiscal e pode ampliar os gastos.

A edição de um crédito extraordinário é considerada a saída mais pragmática, mas tem ainda pontos de dúvidas em relação à exigência de imprevisibilidade para esse tipo de crédito ser aberto pelo governo. A dúvida a ser esclarecida é: a prorrogação do auxílio era ou não previsível?

Guedes tem defendido atrelar o auxílio a medidas de corte de despesas e também à aprovação de uma cláusula de calamidade que permitiria que as regras fiscais fossem suspensas enquanto ela estiver em vigor.

## SEM COMPENSAÇÃO

# Novo gasto com auxílio pode levar a uma alta da Selic

ALEXANDRO MARTELLO, G1  
— BRASÍLIA

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicou ontem que uma nova rodada de estímulo emergencial por parte do governo sem "contraparte", ou seja, sem uma compensação com um corte de gastos ou alta de tributos, pode resultar em alta da taxa básica de juros, a Selic, atualmente na mínima histórica de 2% ao

ano.

Pago durante o ano passado a trabalhadores informais afetados pela pandemia, o auxílio emergencial foi suspenso em dezembro. Entretanto, com a manutenção dos efeitos da pandemia sobre a economia e lentidão da vacinação contra a Covid-19 no país, o governo já discute a retomada do benefício.

Segundo cálculos do coordenador da Cátedra Ruth Cardoso no Insper,

Naercio Menezes Filho, o fim do auxílio emergencial já levou 2 milhões de brasileiros para a pobreza apenas em janeiro.

Na segunda-feira (8), o presidente Jair Bolsonaro disse estar "negociando" o tema com ministros, e o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, afirmou ver "expectativa positiva" de um anúncio ainda nesta semana.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou, na semana passa-

da, que o auxílio emergencial pode voltar a ser pago para cerca de 32 milhões de pessoas, metade dos beneficiários de 2020.

Os gastos com a pandemia levaram a um aumento de 17,9% na dívida pública federal no ano passado, o maior da série histórica, e o total da dívida chegou a R\$ 5,009 trilhões. O pagamento de novas parcelas do auxílio, se confirmadas, deve fazer com esse montante cresça ain-

da mais em 2021 e gerar dúvidas entre investidores sobre a capacidade do governo de honrar seus pagamentos.

"Se fizer mais um pacote fiscal sem nenhuma contraparte, a mensagem que será passada é que a trajetória da dívida vai continuar a subir e o prêmio de risco que os investidores vão pedir para manter a dívida brasileira pode ter um efeito, uma implicação de qual tipo de política que o Banco Central pode adotar",

disse ele, durante videoconferência direcionada a investidores internacionais.

### CONTROLE DA INFLAÇÃO

Campos Neto lembrou que a missão do BC é controlar a inflação, e que o aumento de gastos públicos, sem compensação, tem um impacto de como o prêmio de risco dos juros futuros e, também, na expectativa futura de inflação - que a instituição olha para definir o patamar do juro básico.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 10/02/2021	Página: 05

# Tribuna

## PAGAMENTO

### Sem orçamento, BC fica sem dinheiro para servidores

---

#### O GLOBO

---

O Banco Central já não tem recursos para pagar o salário dos servidores em março, caso o Orçamento de 2021 não seja aprovado até lá, de acordo com análises feitas por integrantes do Ministério da Economia.

A situação do BC repe- te um cenário visto em ou-

tros órgãos, como as Forças Armadas, onde os recursos para o pagamento dos soldos dos militares acabam em abril. Outros órgãos vinculados ao Ministério da Economia, além da própria administração direta da pasta, como o IBGE e o Ipea, só têm dinheiro para o pagamento dos servidores até março.

## Inflação da RMS é a menor entre os meses de janeiro, desde o Plano Real

G1 BA

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) registrou inflação de 0,26% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), durante o mês de janeiro, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi o menor para um mês de janeiro na RMS desde o início do Plano Real, em 1994.

Segundo os dados, o índice da RMS ficou bem próximo ao nacional (0,25%) e foi o 10º entre as 16 áreas investigadas separadamente pelo IBGE. As taxas mais altas se apresentaram em Campo Grande/MS (0,53%) e na Região Metropolitana

de Recife/PE (0,50%).

Nos 12 meses encerrados em janeiro, a inflação na Região Metropolitana de Salvador acumulou uma alta de 4,23%. De acordo com o IBGE, o número está abaixo dos 4,31% registrados nos 12 meses encerrados em dezembro e também menor que o índice acumulado no país como um todo (4,56%).

### ALTAS NOS ALIMENTOS E NOS TRANSPORTES

Dentre os nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA, seis apresentaram altas em janeiro, na Região Metropolitana de Salvador.

Conforme o IBGE, o grupo de alimentos e bebidas (1,08%) apresentou a maior

alta e foi o que mais colaborou para puxar a inflação para cima na RMS, com a alimentação no domicílio (0,85%) sendo o principal fator para esse aumento. A alimentação fora do domicílio (1,69%), apesar de apresentar alta maior, teve um peso menor para o resultado do grupo.

Dentre os alimentos, o lanche fora de casa (4,57%) e a cebola (29,51%) foram os que apresentaram o maior peso inflacionário, com o último também sendo o item que teve o maior aumento no mês. O grupo transportes (0,52%) teve o terceiro maior aumento percentual na RMS, mas foi o segundo mais relevante para puxar o IPCA para cima na região.



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 09/02/2021	Caderno: Notícias



Terça, 09 de Fevereiro de 2021 - 20:40

## ***Novo gasto com auxílio sem compensação pode levar a alta da Selic, indica presidente do BC***

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicou nesta terça-feira (9) que uma nova rodada de estímulo emergencial por parte do governo sem "contraparte", ou seja, sem uma compensação com um corte de gastos ou alta de tributos, pode resultar em alta da taxa básica de juros, a Selic, atualmente na mínima histórica de 2% ao ano.

Pago durante o ano passado a trabalhadores informais afetados pela pandemia, o auxílio emergencial foi suspenso em dezembro. Entretanto, com a manutenção dos efeitos da pandemia sobre a economia e lentidão da vacinação contra a Covid-19 no país, o governo já discute a retomada do benefício, segundo o G1.

Segundo cálculos do coordenador da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, Naercio Menezes Filho, o fim do auxílio emergencial já levou 2 milhões de brasileiros para a pobreza apenas em janeiro.

Na segunda-feira (8), o presidente Jair Bolsonaro disse estar "negociando" o tema com ministros, e o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, afirmou ver "expectativa positiva" de um anúncio ainda nesta semana.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou, na semana passada, que o auxílio emergencial pode voltar a ser pago para cerca de 32 milhões de pessoas, metade dos beneficiários de 2020.

Os gastos com a pandemia levaram a um aumento de 17,9% na dívida pública federal no ano passado, o maior da série histórica, e o total da dívida chegou a R\$ 5,009 trilhões. O pagamento de novas parcelas do auxílio, se confirmadas, deve fazer com esse montante cresça ainda mais em 2021 e gerar dúvidas entre investidores sobre a capacidade do governo de honrar seus pagamentos.

"Se fizer mais um pacote fiscal sem nenhuma contraparte, a mensagem que será passada é que a trajetória da dívida vai continuar a subir e o prêmio de risco que os investidores vão pedir para manter a dívida brasileira pode ter um efeito, uma implicação de qual tipo de política que o Banco Central pode adotar", disse ele, durante videoconferência direcionada a investidores internacionais.

Campos Neto lembrou que a missão do BC é controlar a inflação, e que o aumento de gastos públicos, sem compensação, tem um impacto de como o prêmio de risco dos juros futuros e, também, na expectativa futura de inflação - que a instituição olha para definir o patamar do juro básico.

"Sem nenhuma contrapartida, há um risco de adotar uma medida para estimular a economia e ter um efeito negativo. Porque estamos em um ponto de inflexão no qual o que mercado está

nos dizendo é que: se só gastarmos mais, a reação das variáveis à fragilidade na situação fiscal vai superar o benefício de colocar mais recursos na economia", disse ele.

Segundo o presidente do BC, a instituição apenas "olha os dados fiscais como tomados", ou seja, não participa na definição sobre gastos públicos ou aumento de tributos — atribuição essa do Ministério da Economia e do Congresso Nacional.

"Não participamos nisso, é parte da nossa política. Precisamos olhar e ver como se desenvolve. Pelo que ouço do Executivo e Legislativo, há um consenso de que, se algo for feito, será dentro de estrutura de disciplina fiscal", acrescentou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 09/02/2021	Caderno: Notícias



Terça, 09 de Fevereiro de 2021 - 16:40

## ***Guedes planeja dar 50% de fundos a estados para tentar destravar reforma tributária***

por Thiago Resende e Fábio Pupo | Folhapress

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - A equipe econômica elaborou uma proposta que entrega 50% dos recursos dos fundos de desenvolvimento regional, inclusive constitucionais, a estados e municípios.

O plano é compensar governadores e prefeituras por eventuais perdas na reforma tributária, após uma alternativa anterior ter travado as discussões no Congresso.

A equipe econômica, de acordo com membros ouvidos pela reportagem, analisa o plano como contraproposta à ideia discutida no Congresso de criar um novo fundo para compensar os estados -algo a que o ministro Paulo Guedes (Economia) se opõe de maneira contundente.

O impasse havia intensificado o imbróglio nas discussões sobre a reforma tributária, que já passavam por dificuldades por causa de problemas como a disputa por protagonismo e outras discordâncias entre governo, Câmara e Senado.

Na semana passada, os novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), definiram um cronograma para a reforma, que, segundo eles, deve ser analisada pelo Congresso até outubro.

As mudanças que vêm demandando discussões sobre um novo fundo estão nas PECs (propostas de emenda à Constituição) 45 e 110, de autoria do Congresso, que incluem o ICMS (um imposto estadual) em uma fusão de tributos que criaria o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Por ver complexidade na tarefa de unir tributos federais e regionais, Guedes prefere que as mudanças comecem apenas com seu projeto de lei que cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), resultado da união dos federais PIS e Cofins.

O argumento dos governadores pela criação do fundo é que o fim do ICMS (imposto estadual) previsto nas PECs vai acabar com a guerra fiscal e impedir alíquotas menores como forma de atrair empresas a regiões menos desenvolvidas. Por isso, seriam necessários novos recursos para políticas de desenvolvimento regional e para estimular importações.

Secretários de Fazenda estaduais defendem que a União separe uma parte da receita que recolher com o IBS. Durante as negociações, representantes dos estados chegaram a pedir que os recursos sejam direcionados ao novo fundo com R\$ 485 bilhões em dez anos.

Guedes, porém, avalia que o novo fundo poderia fazer a União quebrar ao exigir dela garantias que não poderiam ser executadas.

A visão é reiterada por outros membros da equipe econômica, como a assessora especial do

ministro, Vanessa Canado, e o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto.

Os fundos de desenvolvimento regional são geridos hoje pela União e seus recursos podem ser apenas emprestados para a iniciativa privada, com juros subsidiados.

A proposta do ministério é que metade desses recursos -pelo menos R\$ 23 bilhões por ano- seja entregue aos estados para que façam sua política de desenvolvimento regional diretamente e com mais autonomia.

Com o plano elaborado pelo ministério, a pasta planeja que os recursos dos fundos sejam entregues em até cinco anos aos estados e municípios.

Os entes também fariam a gestão dos fundos em parceria com bancos regionais (Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil) e conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento (Sudeco, Sudam e Sudene). A mudança não depende de aprovação do Congresso.

O governo ainda quer uma avaliação periódica dos projetos financiados e das subvenções econômicas feitas com recursos dos fundos.

Apesar da proposta, os estados já se manifestaram de forma contrária ao plano por entenderem que a maioria dos fundos não tem efetividade e que haveria dificuldade em usar os recursos.

Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda) e secretário de Fazenda do Piauí, afirma que a proposta não gera os recursos demandados pelos entes.

"A tese do governo é usar os fundos já existentes, mas eles são insuficientes. O valor anual [disponível nos fundos] é muito baixo", afirma.

Apesar disso, ele sinaliza que a proposta já é um avanço nas negociações. "É um passo, mas insuficiente. A questão é quantificar isso, pois não acredito que daria certo apenas com essa solução", diz. Por enquanto, sem acesso ao projeto formal, os estados mantêm a proposta de criação do fundo e vão articular no Congresso para buscar a aprovação da ideia.

Existem hoje seis fundos destinados ao desenvolvimento regional, abastecidos por recursos federais. Três deles são os chamados fundos constitucionais, criados em 1988. Eles são abastecidos com recursos de IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) e IR (Imposto de Renda) e atendem Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os outros três são os fundos de desenvolvimento regionais da Amazônia (FDA), do Nordeste (FNDE) e do Centro-Oeste (FDCO).

Com o repasse para estados e o acompanhamento periódico, a equipe de Guedes avalia que pode também destravar o uso desses recursos, pois considera que os fundos não alcançam o objetivo de desenvolver as regiões, não reduzem desigualdades nem geram efeito positivo sobre renda e formalização.

Além disso, o time de Guedes avalia que o efeito dos fundos hoje é nulo ou até mesmo negativo sobre PIB (Produto Interno Bruto) e produtividade.

## REFINARIA DE MATARIPE FOI VENDIDA POR VALOR 34% MAIS BAIXO QUE O PREÇO DE MERCADO

OBJ

admin 10 Fevereiro, 2021

A RLAM – Refinaria Landulpho Alves, a maior empresa da Bahia, responsável por cerca de 30% da produção industrial do estado, foi vendida ao grupo árabe Mubadala por um valor 34% inferior ao preço estipulado inicialmente e analistas tentam entender os motivos que fizeram a Petrobras aceitar uma oferta menor do que a prevista.

A estatal não vendeu a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, pois propostas apresentadas ficaram aquém da avaliação econômico-financeira da Petrobras, que vai realizar um novo processo competitivo, no entanto, aceitou a proposta de 1,65 bilhão de dólares oferecido pelo fundo árabe, 34% menor que o preço previsto para a venda da RLAM de 2,5 bilhões de dólares.

A refinaria de Mataripe detém 14% da capacidade de refino do país e produz vários itens. Fontes extraoficiais afirmam que o ágio elevado deve-se a vários fatores, inclusive o momento do mercado, em plena pandemia, a instabilidade da política governamental com acenos do Presidente de que poderia haver intervenção no preço do diesel e o fato da refinaria ser um ativo antigo com mais de 70 anos de produção.

Mas a dúvida permanece, pois a refinaria foi modernizada, produz, entre outros, querosene de aviação, nafta, propano e é a única refinaria que produz o bunker, óleo combustível para navios com baixo teor de enxofre e cada vez mais procurado pelo mercado. Tudo isso mostraria que a empresa tem potencial para gerar um fluxo de caixa importante no futuro. O portal está em contato com a diretoria da Petrobras para saber as razões da empresa.

## REFINARIA DE MATARIPE FOI VENDIDA POR VALOR 34% MAIS BAIXO QUE O PREÇO DE MERCADO

OBJ

admin 10 Fevereiro, 2021

A RLAM – Refinaria Landulpho Alves, a maior empresa da Bahia, responsável por cerca de 30% da produção industrial do estado, foi vendida ao grupo árabe Mubadala por um valor 34% inferior ao preço estipulado inicialmente e analistas tentam entender os motivos que fizeram a Petrobras aceitar uma oferta menor do que a prevista.

A estatal não vendeu a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, pois propostas apresentadas ficaram aquém da avaliação econômico-financeira da Petrobras, que vai realizar um novo processo competitivo, no entanto, aceitou a proposta de 1,65 bilhão de dólares oferecido pelo fundo árabe, 34% menor que o preço previsto para a venda da RLAM de 2,5 bilhões de dólares.

A refinaria de Mataripe detém 14% da capacidade de refino do país e produz vários itens. Fontes extraoficiais afirmam que o ágio elevado deve-se a vários fatores, inclusive o momento do mercado, em plena pandemia, a instabilidade da política governamental com acenos do Presidente de que poderia haver intervenção no preço do diesel e o fato da refinaria ser um ativo antigo com mais de 70 anos de produção.

Mas a dúvida permanece, pois a refinaria foi modernizada, produz, entre outros, querosene de aviação, nafta, propeno e é a única refinaria que produz o bunker, óleo combustível para navios com baixo teor de enxofre e cada vez mais procurado pelo mercado. Tudo isso mostraria que a empresa tem potencial para gerar um fluxo de caixa importante no futuro. O portal está em contato com a diretoria da Petrobras para saber as razões da empresa.

## FORD QUER PLANO DE DEMISSÃO DENTRO DE UM ORÇAMENTO LIMITADO

OBJ

admin 10 Fevereiro, 2021

A Ford encaminhou aos funcionários da fábrica de Taubaté (SP) nesta terça-feira (9) um comunicado no qual diz que continuará negociando um plano de demissão com o Sindicato dos Metalúrgicos e afirma ter sido notificada da decisão que proibiu dispensas em massa. Na sexta (5), duas liminares determinaram a suspensão de demissões em Camaçari, na Bahia, e na fábrica de motores e transmissões no interior de São Paulo. O fechamento das plantas foi anunciado pela montadora norte-americana no dia 11 de janeiro.

No comunicado a que a Folha teve acesso, a empresa diz que “os entendimentos na busca de um acordo seguem avançando independentemente da liminar” e que acredita na construção bilateral de um programa de demissão “dentro de um orçamento limitado”. Os trabalhadores rejeitaram na semana passada a proposta de indenização de 1,1 salário por ano de trabalho para os funcionários horistas, e de 0,7 salário para os mensalistas. O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté tinha a expectativa de participar, na segunda (8) à tarde, de uma reunião por videoconferência com diretores globais da empresa, mas a conversa foi cancelada horas antes.

Os representantes sindicais que participariam da reunião foram informados de que as negociações do plano de demissão serão tocadas pelos diretores da empresa no Brasil -é também o que consta no comunicado encaminhado pela empresa aos funcionários. A empresa informou que começará, nesta quarta (10), a convocar funcionários para o retorno escalonado ao trabalho. A necessidade de retomar a produção para garantir a disponibilidade de estoque de pós-venda já tinha sido prevista pela empresa quando do anúncio do fechamento das fábricas. Artista documenta ruínas de Fordlândia, cidade construída e depois abandonada pela montadora na Amazônia.

Também nesta quarta, os metalúrgicos realizam assembleia para definir os detalhes de uma carreta marcada para o dia 12. A programação prevê concentração a partir de 7h e saída às 8h. Uma nova reunião com a Ford também é prevista pelos sindicalistas ainda nesta semana. Conforme antecipou a coluna Painel S.A., a Ford assinou acordo com o Procon-SP para garantir o fornecimento de peças de reposição e assistência técnica. Em nota, a montadora confirmou que está convocando os empregados de Taubaté e Camaçari para o trabalho, e que mantém as negociações. “A empresa informa que as liminares recentemente deferidas não criam nenhum entrave para que isso possa ser feito.”

## JAQUES WAGNER SERÁ CANDIDATO AO GOVERNO, DIZ PRESIDENTE DO PT

OBJ

admin 10 Fevereiro, 2021

O presidente do estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), Éden Valadares, confirmou nesta terça-feira, 9, que o senador Jaques Wagner será o indicado para a corrida eleitoral ao governo da Bahia em 2022. Oriundo do movimento sindical da década de 70, Wagner foi governador por oito anos (2006-2014) e tentará substituir Rui Costa (PT), que o sucedeu em 1º de Janeiro de 2015. “Há uma naturalidade na decisão. Wagner foi deputado, ministro, governador duas vezes. É, sem dúvida, a principal referência política do PT da Bahia. Além disso, ele é reconhecido não só pelos governos que fez, eleito e reeleito em primeiro turno, como pela capacidade política de aglutinar, de ser um ponto de convergência”, destacou Valadares.

Procurada pelo A Tarde, a assessoria de comunicação do senador do PT afirmou que ele não vai se manifestar. Políticos apontam que a tendência é que, em 2022, haja um confronto entre Jaques Wagner e ACM Neto (DEM), dois líderes maiores dos grupos que antagonizam o poder no estado. Éden afirma que “o PT apresenta o nome de Wagner, sob a coordenação do governador Rui Costa”, como “uma alternativa para manter a coalizão que vem transformando para melhor a vida do povo baiano nestes 15, 16 anos”. Ele destaca que o atual senador tem “o respeito e a amizade de todos os partidos da base, prefeitos, deputados e dos militantes”.

“Estamos convencidos de que é o nome capaz de unificar não só os partidos aliados, como o conjunto da sociedade baiana. Do empresário ao trabalhador, do campo à cidade, em torno de uma agenda de desenvolvimento econômico e justiça social”, destacou Éden Valadares.



## FORD FAZ ACORDO E SE COMPROMETE A MANTER ASSISTÊNCIA NO BRASIL

OBJ

admin 9 Fevereiro, 2021

A Ford Motor Company Brasil fechou um acordo se comprometendo a manter assistência ao consumidor no país, com operações de vendas, serviços, assistência técnica, peças de reposição e garantia para seus clientes.

O acordo foi feito com a Fundação Procon de São Paulo e divulgado hoje (9), a decisão tem abrangência nacional e vigência durante toda a vida útil dos veículos vendidos pela marca. “O acordo garante a tranquilidade de quem já possui um veículo da montadora ou que venha a adquirir um. Vale destacar que o acordo é válido para todo o Brasil”, destacou o diretor executivo do Procon-SP, Fernando Capez.

A montadora Ford anunciou em janeiro o encerramento de suas atividades produtivas no Brasil e o fechamento das suas duas fábricas: em Camaçari (BA) e Taubaté (SP). A empresa manterá em funcionamento apenas o Centro de Desenvolvimento, na Bahia; o Campo de Provas, em Tatuí (SP); e sua sede regional, em São Paulo.

Veículo: Bocão News	
Data: 10/02/2021	



## Deputados estaduais pedem criação de comissão especial de desenvolvimento regional



10 de Fevereiro de 2021 às 06:37 Por: Divulgação Por: João Brandão

Aos menos 29 deputados estaduais da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), entre governistas e opositoristas, pediram a criação da Comissão Especial de Desenvolvimento Regional.

Conforme publicação no Diário Oficial do Legislativo desta quarta-feira (10), a proposição considera a prioridade que o momento econômico do país e da Bahia requer, para que venha a contribuir de forma afirmativa com o tema aqui focado durante o biênio 2021/2022.

O colegiado será integrada por oito membros efetivos e quatro suplentes e terá seu prazo de duração correspondente ao período restante da atual legislatura.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/02/2021	



## Exportações baianas crescem 1,2% em janeiro

9 fevereiro 2021

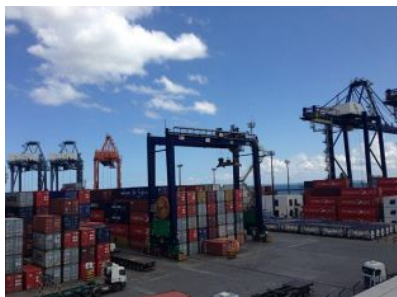


Foto: Divulgação/Codeba

Influenciada por preços mais altos e o aumento nos embarques de celulose, minerais, e produtos metalúrgicos, dentre os mais importantes, as exportações baianas tiveram incremento de 1,2% em janeiro quando comparadas a igual mês de 2020, alcançando US\$ 615,4 milhões. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan).

“Este é o terceiro mês consecutivo de alta nas vendas externas do estado, alavancadas pelas vendas do agronegócio, de commodities minerais, e do fortalecimento da China como principal parceiro comercial do Estado”, ressalta o secretário estadual do planejamento, Walter Pinheiro.

“Além dos preços médios estarem reagindo, a pandemia já causava em janeiro do ano passado uma desaceleração das compras feitas pela China, o que diminuiu a base de comparação para 2021”, avalia Arthur Cruz, economista da SEI.

As exportações de minerais, principalmente de minério de cobre e seus concentrados, cresceram 379,2%, desempenho maximizado pela valorização dos preços em 38,5%, bem como ao aumento do volume exportado (+245,9%), em uma conjuntura de oferta limitada por parte dos principais produtores mundiais (o que talvez justifique os embarques, já que tradicionalmente a Bahia é importadora do produto para fabricação de fios e catodos de cobre). Estímulos econômicos em vários países, incentivarem o consumo de aço e outros metais que por sua vez aumentam o consumo de minério de cobre, elevando seus preços.

Outro setor que se destacou foi o de máquinas e aparelhos mecânicos/elétricos, com os equipamentos eletrogêneos de energia eólica e motores para eletrogeradores, tendo destaque. As vendas do setor como um todo cresceu 1.028%, comparados a janeiro/20 com receitas que alcançaram US\$ 12,2 milhões. Já as importações atingiram US\$ 662,7 milhões, crescimento de 71,3% na mesma base de comparação. A última vez em que as importações haviam tido crescimento tão expressivo no comparativo interanual foi em julho de 2018, quando tiveram um incremento de 94,7%.

Em janeiro, as importações de combustíveis puxaram a alta com incremento de 146,3%, principalmente de nafta com aumento de 377,2%. As compras de produtos intermediários cresceram 39,6 %, com destaque para trigo, minério de cobre, grafita, cloreto de potássio e fósforo branco. Já a indústria de bens de capital, registrou crescimento de 30,2%, com destaques para os equipamentos para indústria eólica e solar como células solares em módulos ou painéis, motores de corrente alternada, moldes para metais, moduladores e

aparelhos receptores para radiodifusão. Houve queda nas compras de bens de consumo em 13,5%, reflexo nesse caso, da persistente valorização do dólar.

Assim como ocorreu a nível nacional, a balança comercial da Bahia apresentou um déficit de US\$ 47,3 milhões, em relação ao ano anterior, resultado do aumento maior das importações do que das exportações. A corrente de comércio que mede o dinamismo comercial e a integração econômica do estado ao mercado internacional atingiu, no mês passado, US\$ 1,28 bilhão, com aumento de 28,4%.

***Fonte: Ascom/SEI***

Veículo: Estadão	
Data: 10/02/2021	



## Guedes quer ajuste para ter R\$ 20 bi e bancar nova rodada do auxílio emergencial

**Ministro da Economia liga benefício à cláusula de calamidade, uma espécie de nova 'PEC de guerra', para evitar crime de responsabilidade fiscal; ideia é pagar mais três parcelas do benefício, de R\$ 200 cada**

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

10 de fevereiro de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O ministro da [Economia](#), [Paulo Guedes](#), disse às lideranças do [Congresso](#) que vai precisar de uma nova versão de uma “**Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de guerra**” para conceder mais três parcelas de R\$ 200 do [auxílio emergencial](#) aos informais, com custo total de cerca R\$ 20 bilhões – valor semelhante ao previsto para compra das vacinas contra a [covid-19](#).

Na avaliação de Guedes e sua equipe, esse novo texto da PEC precisa conter uma cláusula de calamidade pública, para dar segurança jurídica à concessão do auxílio emergencial com a edição de um crédito extraordinário, e estar associado às medidas fiscais contidas na [PEC do pacto federativo](#).



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Gabriela Biló/Estadão

Uma minuta do texto está sendo preparada pela equipe econômica para ser apresentada aos presidentes do [Senado](#), [Rodrigo Pacheco \(DEM-MG\)](#), e da [Câmara](#), [Arthur Lira \(Progressistas-PB\)](#). O diagnóstico apresentado pela equipe econômica é de que o auxílio emergencial é para o enfrentamento da covid-19 e o agravamento da pandemia pede um protocolo de crise com a cláusula de calamidade.

Como mostrou o **Estadão**, Pacheco e Lira, pressionados pelas suas bases de apoio, querem uma via expressa para a concessão do auxílio, com o argumento de que a urgência da pandemia não permite esperar a aprovação de medidas de contenção de gastos.

Mas o ministro, nas conversas dos últimos dias, vem argumentando que é preciso acionar a cláusula de calamidade e garantir contrapartidas em nome da responsabilidade fiscal e controle das contas públicas. Para a equipe econômica, essas medidas devem ser consideradas o novo marco fiscal para o [País](#).

### Conselho Fiscal

Sem a cláusula de calamidade, o risco apontado é de crime de responsabilidade fiscal. É ela que vai permitir que os gastos com o pagamento dos três meses do auxílio fiquem de fora do limite do teto de gastos (a regra

que impede o crescimento das despesas acima da inflação), afastando também a necessidade de compensação para o cumprimento da meta fiscal.

Apesar da pressão dos presidentes do [Senado](#) e da [Câmara](#), o sentimento na equipe econômica é de que as conversas estão avançando num tom muito positivo e que, após o acordo, a votação poderá ser rápida.

A ideia é que seja criado um **Conselho Fiscal da República**, com representantes dos três Poderes, incluindo do [Tribunal de Contas da União](#). A cada três meses, o colegiado se reuniria num ritual parecido com o do [Comitê de Política Monetária \(Copom\)](#), do [Banco Central](#), responsável pela definição da taxa básica de juros.

Além de prever o acionamento dos chamados gatilhos (medidas corretivas para diminuir os gastos), a PEC prevê uma cláusula vinculante para que as mesmas práticas cobradas pelo TCU sejam praticadas pelos Tribunais de Contas estaduais e municipais.

“Se fizer mais um pacote fiscal sem nenhuma contraparte, a mensagem que será passada é que a trajetória da dívida vai continuar a subir e o prêmio de risco que os investidores vão pedir para manter a dívida brasileira pode ter um efeito, uma implicação de qual tipo de política que o Banco Central pode adotar”, [avisou ontem o presidente do BC, Roberto Campos Neto](#), em videoconferência direcionada a investidores internacionais.

Antes da negociação da nova retomada do auxílio, a estratégia inicial do governo era conceder, após a pandemia, o [Bolsa Família](#) e também criar o chamado **Bônus de Inclusão Produtiva (BIP)**, que nada mais é do que o nome fantasia dado pelo ministro Paulo Guedes para o chamado imposto de renda negativo, instrumento de transferência de renda para quem está trabalhando na informalidade e ganha menos do que um salário mínimo. O BIP seria destinado aos trabalhadores “invisíveis” e estaria associado à nova [Carteira Verde Amarela](#), com menos encargos para a contratação.

Veículo: Estadão	
Data: 10/02/2021	

## Dólar abre em alta, voltando ao patamar de R\$ 5,40

### ***Moeda americana acumula valorização superior a 25% nos últimos 12 meses***

Redação, O Estado de S.Paulo

10 de fevereiro de 2021 | 09h17

O [dólar](#) iniciou as negociações desta quarta-feira, 10, em alta, de cerca de 0,5%, cotado a R\$ 5,41.

A moeda dos [Estados Unidos](#) acumula valorização superior a 25% nos últimos 12 meses, com o avanço desta quarta. Entre janeiro e fevereiro do ano passado, a cotação girou em torno de R\$ 4 e R\$ 4,50, para, em março, por conta do avanço da pandemia, quebrar a barreira dos R\$ 5. Em 14 de maio, o recorde nominal foi alcançado, quando não se desconta a inflação: R\$ 5,9718. Desde 12 de junho a divisa estrangeira não cai abaixo de R\$ 5.

Nas casas de câmbio, de acordo com levantamento realizado pelo **Estadão/Broadcast**, o dólar turismo é negociado perto de R\$ 5,65.

Veículo: Estadão	
Data: 10/02/2021	

Veículo: Estadão	
Data: 10/02/2021	



## Brasil perde R\$ 4,6 bi em exportações com barreiras comerciais, estima CNI

***De acordo com o estudo, em 2020, 27 medidas de defesa comercial foram aplicadas contra o Brasil por 12 países; maior impacto vem de sanções impostas pelos Estados Unidos***

Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

10 de fevereiro de 2021 | 09h00

BRASÍLIA - As medidas de defesa comercial adotadas contra o [Brasil](#) em 2020 farão com que o país deixe de exportar US\$ 856,8 milhões por ano (R\$ 4,6 bilhões). O cálculo foi feito pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), em levantamento repassado com exclusividade ao [Estadão/Broadcast](#).

De acordo com o estudo, em 2020, 27 medidas de defesa comercial foram aplicadas contra o Brasil por 12 países. O maior impacto é justamente das ações adotadas pelos [Estados Unidos](#), que, no ano passado, era presidido por [Donald Trump](#), de quem o colega brasileiro [Jair Bolsonaro](#) dizia ser aliado.



Apesar do alinhamento de Bolsonaro com o ex-presidente Donald Trump, sanções mais duras vinham dos EUA. Foto: Kevin Lamarque/Reuters

Os EUA aplicaram sete medidas no período com impacto potencial de US\$ 636 milhões por ano (R\$ 3,4 bilhões). [México](#) (US\$ 138 milhões), [África do Sul](#) (US\$ 54 milhões) e [União Europeia](#) (US\$ 17,5 milhões) também estão na lista.

“Historicamente, os Estados Unidos sempre foram muito ativos na defesa comercial e, durante a última administração, isso foi ainda mais forte. Em 2020, como foi um ano eleitoral, houve uma pressão ainda maior pela adoção de medidas”, explica o **gerente de Negociações Internacionais da CNI, Fabrizio Panzini**.

As medidas de defesa comercial são autorizadas pela [Organização Mundial do Comércio \(OMC\)](#) quando um governo entende que há concorrência desleal em determinado mercado. Mas devem seguir regras do organismo, como abertura de investigação, comunicação aos governos e empresas atingidos e possibilidade de defesa.

Podem ser adotadas salvaguardas— quando um país eleva o imposto de importação de forma igual para todos os países exportadores de um determinado produto por considerar que há prejuízo ou ameaça à indústria



nacional – medidas antidumping - sobretaxa aplicada quando o governo entende que um produto está sendo exportado por um preço menor do que o cobrado no mercado interno - e medidas compensatórias para neutralizar subsídios à exportação.

Para a CNI, o governo brasileiro precisa ser “mais enérgico” na defesa comercial do País. “O governo tem monitorado os casos e feito um trabalho articulado junto ao setor privado em relação a isso. Mas é preciso uma ação diplomática mais enérgica junto aos outros países”, afirma Panzini.

Ele defende que sejam dadas respostas mais rápidas às investigações abertas. Além disso, diz que o Brasil deveria ainda rever a atual política de defesa comercial para proteger a indústria doméstica. Como mostrou matéria do **Estadão/Broadcast** publicada em dezembro, o número de novas medidas antidumping caiu de 17 em 2016 para zero em 2020.

“O mundo tem aumentado práticas de subsídios e dumpings e aplicado cada vez mais medidas de defesa comercial. Temos que reavaliar nossa política e avaliar se estamos alinhados com o resto dos países”, completou.

Procurado, o [Ministério da Economia](#) informou, em nota, que o governo brasileiro trabalha ativamente no apoio a exportadores brasileiros em investigações de defesa comercial por outros países.

“Um exemplo recente, por exemplo, foi a não imposição pelo governo dos Estados Unidos de direito antidumping às exportações brasileiras de madeira, processo de investigação que teve acompanhamento ativo do Ministério da Economia e dos [Ministério das Relações Exteriores](#) na defesa dos exportadores brasileiros”, lembrou.

## **Produtos**

De acordo com a confederação, as ações adotadas em todo o mundo podem afetar 233 produtos, sobretudo no setor de siderurgia, o mais atingido pelas medidas de defesa comercial. Afetam o setor 17 medidas adotadas no ano passado, que atingem 99 produtos, o que faz com que as siderúrgicas deixem de exportar US\$ 417 milhões (R\$ 2,2 bilhões) por ano.

“Existe no mundo todo um excesso de capacidade muito elevado na [Ásia](#), sobretudo na [China](#), mas ainda assim o setor continua sendo muito estimulado por subsídios. Por isso, os países acabam aplicando medidas de defesa comercial que acabam afetando muito o Brasil”, completou Panzini.

Em relação ao impacto, o segundo setor mais afetado foi o de madeira, com duas investigações que atingem nove produtos e têm o potencial de reduzir em US\$ 386,5 milhões (R\$ 2 bilhões) a exportação anual da área, segundo a CNI.

mercado

# Líderes do Senado elevam pressão por auxílio desvinculado de ajuste fiscal

Presidente do Banco Central afirma que é inviável reeditar benefício sem compensação



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que disse que pretende usar a 'boa relação' com Bolsonaro para negociar auxílio

Ranier Bragon, Renato Machado e Larissa Garcia

**BRASÍLIA** Líderes das bancadas partidárias no Senado aumentaram nesta terça-feira (9) a pressão pela adoção de uma reedição do auxílio emergencial —ou medida análoga de assistência social para a população afetada pela pandemia— de maneira desvinculada de outras medidas compensatórias de ajuste fiscal.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que pretende usar a "boa relação" com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e com a equipe econômica para avançar nas negociações, encaminhando as propostas.

Por outro lado, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que há muito pouco ou nenhum espaço para mais transferências sem algum tipo de contrapartida por causa da deterioração do quadro fiscal do país nos últimos meses.

Pacheco conduziu a primeira reunião de líderes da atual legislatura, na manhã desta

terça-feira. A reedição do auxílio emergencial foi o principal tema do encontro virtual.

"Há um momento agora de reflexão sobre a necessidade de dessas pessoas que estão vulnerabilizadas em razão da pandemia, que é uma reedição de uma assistência emergencial ou de um programa análogo, incremento do Bolsa Família", afirmou Pacheco.

"Há muitas ideias de diversos senadores, e nós estamos agora em plena boa relação com o governo federal e com a equipe econômica, e vou buscar repercutir ao ministro Paulo Guedes e a sua equipe o que é o sentimento do colégio de líderes, que é um sentimento de sensibilidade humana, de urgência e de profunda necessidade de amparar essa camada da sociedade, com um auxílio que possa fazer com que sejam minimizados os impactos da pandemia", completou.

Pacheco havia divergido no dia anterior da equipe econômica, ao afirmar que não poderia haver vinculação de um programa para assistir a

população vulnerável, em razão da pandemia, e a aprovação de medidas de ajuste fiscal pelo Congresso.

A Folha mostrou no domingo (7) que o Ministério da Economia trabalha com uma alternativa à reedição do auxílio emergencial, que foi rebatizada para BIP (Bônus de Inclusão Produtiva). Seriam três parcelas de R\$ 220, condicionada à realização de um curso profissionalizante.

O Ministério da Economia também analisa que esse programa só poderá ser implantado com medidas de ajuste fiscal. Mais especificamente, condiciona o novo formato de assistência à aprovação no Congresso da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo —que contém algumas medidas, como alguns gatilhos para manter boas condições fiscais.

Durante a reunião, houve praticamente um consenso dos senadores ao defender a reedição do auxílio emergencial, sem vinculação com a aprovação de outras medidas de ajuste fiscal. Os parla-

mentares afirmaram reconhecer a importância das pautas da equipe econômica, em torno de mais rigidez fiscal, mas argumentam que a assistência à população vulnerável é urgente e não pode aguardar.

A reunião foi positiva, com os líderes deixando claro a necessidade de acelerar a implementação do auxílio emergencial, afirmou o líder do Cidadania, Alessandro Vieira (SE).

"Ficou bem claro também que não dá para atrelar essa ajuda à população vulnerável com medidas de compensação, porque elas têm velocidades diferentes de tramitação", Vieira acrescenta que os parlamentares reconhecem a importância da aprovação de medidas de interesse da equipe econômica, mas a ajuda para a população mais vulnerável não pode aguardar a tramitação dessas matérias. Uma PEC, por exemplo, precisa ser aprovada nas duas Casas legislativas, em dois turnos.

Senadores sugeriram que a proposta de uma nova rodada de auxílio ou medida análoga seja encaminhada ao Congresso

por meio de uma medida provisória, mecanismo cujos efeitos são imediatos, não necessitando aguardar a conclusão da tramitação.

"Várias pessoas falaram sobre isso [na reunião], então você corta várias alternativas: ou você corta despesa ou você resolve essa questão da PEC do Orçamento de Guerra e prorroga o estado de calamidade. Alternativa é que não falta", afirma o líder interno do PSDB, Izalci Lucas.

Pacheco se comprometeu a levar as possibilidades a Guedes, embora tenha afirmado que cabe ao governo a iniciativa de apresentar uma proposta ao Congresso. Os parlamentares deva ser encaminhada logo após o Carnaval.

Por outro lado, membros da equipe econômica e do Banco Central afirmaram ser inviável a criação do auxílio sem compensação. Roberto Campos Neto afirmou que não participa da formulação da política fiscal, mas que há consenso entre Executivo e Legislativo de que é preciso ter disciplina.

"Temos muito pouco ou nenhum espaço para mais transferências fiscais sem algum tipo de contrapartida", disse em evento virtual do Observatory Group. Para ele, se houver contrapartida, o mercado pode reagir melhor. "Você está passando a mensagem de que está disposto a gastar um pouco mais, mas está tomando medidas para impedir que a dívida cresça no futuro."

## Discussões sobre benefício elevam dólar, e BC intervém

**SÃO PAULO** Indicadores do mercado financeiro refletiram, nesta terça-feira (9), um descontentamento com a provável volta do auxílio emergencial sem que se tenha uma definição sobre as fontes de recursos para o benefício.

Dólar, risco-país e juros futuros registraram alta após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) dizer, na segunda (8), que deve prorrogar o auxílio emergencial.

Durante o pregão, o dólar chegou a subir para R\$ 5,4470, mas reduziu ganhos após leilão de 20 mil contratos de swap cambial (US\$ 1 bilhão) feito pelo Banco Central.

Foi a maior oferta de liquidez feita pelo BC em nove meses, feita em dois leilões.

Uma oferta líquida de swaps cambiais tradicionais não era feita desde 11 de janeiro.

Após os leilões, a moeda americana fechou em leve alta de 0,18%, a R\$ 5,3820.

"Temos uma preocupação muito grande com o teto de gastos, e isso pesa no dólar", diz Gustavo Bertotti, economista da Messem Investimentos.

Dentre emergentes, o real foi a segunda moeda que mais se desvalorizou na sessão, atrás do peso colombiano.

O risco-país medido pelo CDS de cinco anos subiu 9,9%.

Os juros futuros de longo prazo também subiram. Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro. O juro para janeiro de 2028 foi de 7,26% na véspera para 7,34% na terça. A taxa para janeiro de 2030 foi de 7,65% para 7,73%.

O Ibovespa caiu 0,88%, pra 119.471,62 pontos. **Júlia Moura**

# Guedes quer dar 50% de fundos a estados para destravar tributária

Thiago Resende e Fábio Pupo

**BRASÍLIA** A equipe econômica elaborou uma proposta que entrega 50% dos recursos dos fundos constitucionais, criados para reduzir as desigualdades nas regiões mais pobres, a estados para que estes entes possam elaborar uma política de desenvolvimento regional, beneficiando também os municípios.

A medida pode liberar cerca de R\$ 23 bilhões por ano para gestão dos entes.

O plano é compensar governadores e prefeituras por eventuais perdas na reforma tributária, após uma alternativa anterior ter travado as discussões no Congresso.

A equipe econômica, segundo membros ouvidos pela Folha, analisa o plano como contraproposta à ideia discutida no Congresso de criar um novo fundo para compensar os

estados —algo que o ministro Paulo Guedes se opõe de forma contundente.

Por ver complexidade na tarefa de unir tributos federais e regionais, Guedes prefere que as mudanças comecem apenas com seu projeto de lei que cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), resultado da união dos federais PIS e Cofins.

O argumento dos governadores pela criação do fundo é que o fim do ICMS (imposto estadual) previsto nas PECs vai acabar com a guerra fiscal e impedir alíquotas menores como forma de atrair empresas a regiões menos desenvolvidas. Por isso, seriam necessários novos recursos para políticas de desenvolvimento regional e para estimular importações.

Secretários de Fazenda estaduais defendem que a União separe parte da receita que recolher com o IBS. Durante

as negociações, representantes dos estados chegaram a pedir que os recursos sejam direcionados ao novo fundo com R\$ 48,5 bilhões em dez anos.

Na avaliação de Guedes, porém, o novo fundo poderia fazer a União quebrar ao exigir dela garantias que não poderiam ser executadas.

A visão é reiterada por outros membros da equipe econômica, como a assessora especial do ministro, Vanessa Canado, e o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto.

Os fundos de desenvolvimento regional são perdidos hoje pela União, e seus recursos podem ser apenas emprestados para a iniciativa privada, com juros subsidiados.

A proposta do ministério é que metade desses recursos —pelo menos R\$ 23 bilhões por ano— seja entregue aos estados para que façam sua política de desenvolvimento

regional diretamente e com mais autonomia.

Relator da reforma tributária, o deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB) ainda vai analisar a ideia. Ainda não há prazo para o texto ser apresentado.

Com o plano elaborado pelo ministério, a pasta planeja que os recursos dos fundos sejam entregues em até cinco anos a estados e municípios.

Os entes também fariam a gestão dos fundos em parceria com bancos regionais (Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil) e conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento (Sudeco, Sudam e Sudepe). A mudança não depende de aprovação do Congresso.

O governo ainda quer uma avaliação periódica dos projetos financiados e das subvenções econômicas feitas com recursos dos fundos.

Apesar da proposta, os estados já se manifestaram de

forma contrária ao plano por entenderem que a maioria dos fundos não tem efetividade e que haveria dificuldade em usar os recursos.

Rafael Fonteles, presidente do Confaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda) e secretário de Fazenda do Piauí, afirma que a proposta não gera os recursos demandados pelos entes.

"Atese do governo é usar os fundos já existentes, mas eles são insuficientes. O valor anual [disponível nos fundos] é muito baixo", afirma.

Apesar disso, ele sinaliza que a proposta já é um avanço nas negociações. "É um passo, mas insuficiente. A questão é quantificar isso, pois não acredito que daria certo apenas com essa solução", diz.

Por enquanto, sem acesso ao projeto formal, os estados mantêm a proposta de criação do fundo e vão articular no Congresso para buscar a

aprovação da ideia.

Existem hoje seis fundos destinados ao desenvolvimento regional, abastecidos por recursos federais.

Recursos são os chamados fundos constitucionais, criados em 1988. Eles são abastecidos com recursos de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e IR (Imposto de Renda) e atendem Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os outros três são os fundos de desenvolvimento regionais da Amazônia (FDA), do Nordeste (FNDE) e do Centro-Oeste (FCDO).

Com o repasse para estados e o acompanhamento periódico, a equipe de Guedes crê que possa também destravar o uso desses recursos, pois considera que os fundos não alcançam o objetivo de desenvolver as regiões, não reduzem desigualdades nem geram efeito positivo sobre renda e formalização.

## Desfazer o nó dos combustíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tomar uma decisão intempestiva para solucionar um problema específico pode não ser a melhor opção sobre a mesa do presidente Jair Bolsonaro em relação ao aumento expressivo nos preços dos combustíveis, sobretudo, no diesel, que deixa incomodados os caminhoneiros, que paralisaram o país em maio de 2018. Mas o corte de impostos, sempre bem-vindo num estado que impõe uma pesada carga sobre a sociedade, pode não ser suficiente para equacionar a alta nos preços da gasolina, do diesel e, não nos esqueçamos, do gás de cozinha. São valores que afetam não apenas os profissionais do volante, mas a sociedade como um todo. -

A inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou em janeiro, fechando o mês em 0,25%. Está bem abaixo dos 1,33% de dezembro, mas os aumentos do diesel e da

gasolina vão encarecer o custo de vida dos brasileiros e a estimativa é de que apenas os reajustes que entraram em vigor ontem, de 8,7% para a gasolina, 6,16% para o diesel, e 5% para o gás de cozinha, devem ter um impacto de 0,40 ponto percentual sobre o IPCA em fevereiro e março.

É preciso lembrar que, mesmo com a inflação desacelerando, há itens que tiveram seus preços reajustados, como é o caso dos combustíveis, que subiram 2,13% no mês passado, enquanto, em dezembro, sofreram correção de 1,53%. Esses sucessivos aumentos no início do ano já representam alta de 22% no valor do litro da gasolina e de 10,9% no preço do diesel. São reajustes que pesam no bolso do cidadão que tem carro e também no dos que são menos favorecidos. Isso porque representam elevação de custo expressivo para as empresas de transporte - de carga e de pessoas - e para todas as outras que necessitam dos derivados do petróleo nos seus processos produtivos.

Não se advoga intervenção sobre os preços da Petrobras, visto que, no passado, essa interferência foi danosa para a estatal e não deixou de penalizar os consumidores. Nesse caso é preciso agir em outras frentes para neutralizar os reajustes nas refinarias, cuja tendência é que continuem ao longo do ano, com o dólar permanecendo acima de R\$ 5 e o barril de petróleo, hoje cotado perto de US\$ 60, podendo atingir a casa de US\$ 80 até o fim do ano. Com a política de preço da estatal seguindo esses parâmetros, não há

como imaginar que novos aumentos não serão necessários.

Nesse cenário, a redução pura e simples de imposto - frisando que ela é sempre necessária diante da alta carga tributária do país - não será suficiente e ainda vai gerar dificuldades para o combalido caixa do Estado. A estimativa é de que, a cada centavo retirado de PIS/Confins dos combustíveis, mais de R\$ 500 milhões deixem de ser arrecadados. No caso dos estados, o imposto sobre os combustíveis, 9% do valor do diesel, e 15% do preço da gasolina, é a maior fonte de **arrecadação**.

Para sanar de vez essa questão é preciso que se aproveem as reformas administrativa, para aliviar a pressão do crescimento das despesas sobre o Orçamento, e a tributária, para redistribuir a carga fiscal de forma que ela não seja um peso quase insuportável para o consumidor e para as empresas e permita uma visão justa dos preços. Parece injusto que consumidores e empresas tenham de arcar com a variação dos preços internacionais do petróleo e ainda com o fato de que, a cada litro despejado no tanque, 43,5% representem impostos municipais, estaduais e federais no caso da gasolina e cerca de 20% no diesel.

## Opinião do GLOBO

# Novo auxílio deve respeitar teto de gastos

*Não faltam recursos públicos para a ajuda aos pobres — falta é vontade política para saber usá-los*

**P**assada a euforia pela vitória, ao pôr os dois aliados na cúpula do Congresso — Arthur Lira (PP-AL) na Câmara e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no Senado —, o presidente Jair Bolsonaro já perde apoio entre os mais pobres, como têm constatado as últimas pesquisas. Não é outro o motivo para ele ter pedido urgência na volta do auxílio emergencial, poucos dias depois de ter descartado a ideia. Como “é para ontem” dito por Bolsonaro, Lira e Pacheco já se mobilizam. Pena que na direção errada.

Restabelecer uma rede de proteção aos milhões de desempregados e desassistidos que sobrevivem na informalidade é mesmo uma necessidade diante do recrudescimento da pandemia, da estagnação econômica e da incompetência crassa do governo na vacinação. O problema surge quando Lira fala em “excepcionalização temporária” do Orçamento, de modo a abrir espaço aos recursos necessários.

Trata-se de um eufemismo para defender que ele seja excluído do teto de gastos, evitando assim a imposição

de cortes orçamentários. É a solução errada. O teto existe justamente para que sejam feitas escolhas sobre onde aplicar o dinheiro disponível, que não é infinito. Se o Brasil precisa do auxílio, o certo não é a “excepcionalização” de coisa alguma, mas sim uma simples decisão que respeite a lei e os limites fiscais.

Soluções não faltam. A mais sensata, descartada por Bolsonaro no ano passado, seria extinguir programas sociais ineficazes, como seguro-defeso e subsídios à cesta básica. Em artigo recente, o economista Marcos Mendes, do Insper, sugere outras formas de obter R\$ 46 bilhões de modo emergencial. Há dinheiro à disposição em emendas parlamentares, na revogação de benefícios fiscais, na economia de recursos em virtude do trabalho remoto e até na devolução da parcela da ajuda federal de 2020 que ficou no caixa de estados e municípios.

Mas o que Lira sugere é uma via expressa para o auxílio, fora do teto de gastos. Também discorda da contrapartida de cortes, pedida acertadamente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Será desastroso

se isso acontecer numa economia já atolada em déficits, com dificuldades crescentes para rolar sua dívida.

Guedes, com a experiência de 2020, em que a decretação de calamidade pelo Congresso permitiu realizar despesas fora do teto, propõe um auxílio de R\$ 200 por três meses, com foco na população mais vulnerável. Em 2020, a ajuda começou com R\$ 600, no final do ano foi reduzida à metade e atingiu cerca de 65 milhões. Custou mais de R\$ 300 bilhões ao Erário.

Foram constatados desvios na distribuição, por isso faz sentido fechar o foco. O “é para ontem” de Bolsonaro não deve ser entendido como uma ordem sem bom senso nem preocupação com as contas públicas. Dinheiro existe. Há uma miríade de ralos por onde ele escoou no setor público. É ingenuidade crer que a leniência fiscal não cobrará seu preço. Não existe mágica: romper nossa única âncora num momento de explosão da dívida trará consequências dramáticas à inflação. Não adianta dar aos pobres dinheiro que logo perderá o valor. Lira, Pacheco e Bolsonaro deveriam saber disso.

# Quatro prioridades do governo impactam ambiente

Lista do Planalto a ser debatida pelo Congresso encontra resistências de parlamentares, ambientalistas e investidores; estão previstas mineração em áreas indígenas, regularização fundiária, mudanças no licenciamento ambiental e concessão de florestas públicas

JOÃO PAULO SACENI  
joaopaulo.saceni@globo.com.br

Na lista de 35 prioridades entregue na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro aos novos presidentes de Câmara e Senado, figuram quatro projetos de lei relacionados ao meio ambiente que encontram resistência de parlamentares, ambientalistas e até investidores estrangeiros. Sem terem passado ainda pelo crivo de deputados e senadores, as medidas criariam novas regras ou alterariam as que já existem para balizar atividades potencialmente nocivas à natureza. É o caso da mineração em terras indígenas, da regularização fundiária, do licenciamento ambiental e da concessão de florestas públicas a entes privados.

O deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (DEM-AP) receberam a lista após terem sido apoiados

por Bolsonaro nas eleições para o comando das duas Casas. O documento sinaliza a expectativa do Planalto para as gestões dos aliados no Legislativo, durante este e o próximo ano. Há itens que já tinham sido apresentados anteriormente à Câmara, na gestão de Rodrigo Maia (DEM-RJ), e deixaram de ser pautados.

## TERRAS INDÍGENAS

É o caso do projeto de lei 191/2020, apresentado pelo Executivo há um ano para regularizar a exploração em terras indígenas —segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), uma área que totaliza 12,2% do território nacional. Promessa de campanha de Bolsonaro, a proposta foi chamada de “sonho realizado” após o encaminhamento aos deputados. Maia, no entanto, disse que embora a iniciativa fosse constitucional, pretendia deixá-la “ali do lado da mesa”.



Destruição. Galimpo na maior reserva Yanomami (RR): projeto para regularizar

O texto foi duramente criticado por associações indígenas, ambientalistas e pelo Ministério Público Federal por estabelecer poder de veto a índios apenas para atividades de mineração, sem considerar esse direito para outros tipos de exploração, como a mineração em larga escala e a geração de energia. A pressão de investi-

dores nacionais e estrangeiros chegou a fazer com que o governo abrisse mão de priorizar a proposta no ano passado, até resolver retomá-la agora.

— Enquanto tem maioria e aliados no comando de Câmara e Senado, o governo vai aproveitar para passar legislações que o antigo comando das Casas não queria passar,

assim como parcela expressiva da sociedade brasileira. Tentarão fazer isso com prioridade porque, no ano que vem, a realidade pode ser outra no Legislativo com as eleições — disse o físico Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo (USP).

Das quatro prioridades, apenas a que busca acelerar e flexibilizar o processo de concessões florestais contou com uma construção coletiva, iniciada pelo Legislativo. O projeto de lei 5518/2020, apresentado por Rodrigo Agostinho (PSB-SP) e outros oito deputados, foi elaborado com ajuda do Instituto Escolhas e da Coalizão Brasil, Climas Florestas e Agricultura. A ideia é fortalecer a possibilidade de a iniciativa privada gerir e explorar áreas de florestas.

Na contramão do diálogo, o governo elaborou, em 2019, a medida provisória 910/19 para a regularização fundiária da Amazônia que causou contro-

vérsia entre ambientalistas e ruralistas até que ela caducasse. Sem ter sido votada pela Câmara e com seis meses de validade, a medida flexibilizava as regras para a regularização de imóveis em terras da União, inclusive na Amazônia. Havia risco, segundo ambientalistas, de que o afrouxamento das regras favorecesse grileiros. Em substituição, o deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) apresentou o projeto de lei 2.633/20, diminuindo o alcance da mudança proposta pelo Executivo.

Também na lista há o projeto de lei 3729/2004, que tramita há 17 anos na Câmara e, mesmo após alterações e acordos para que fosse votado, segue na berlinda. Ele dispõe da autorização e do controle às atividades que utilizem recursos naturais, gerem poluição ou causem degradação à natureza, a chamada Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

Economia



CONSUMO E DIVERSÃO

Pandemia muda hábitos de lazer dos brasileiros

Pesquisa mostra bicicleta mais popular, com alta de 54% nos gastos com esse item [globo.com/2008/NTT](http://globo.com/2008/NTT)

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

# NOVO AUXÍLIO

## Pressionado pela ala política, Bolsonaro deve anunciar prorrogação após carnaval

GERALDA DOCA E JUSSARA SOARES  
escritoras em artigo sobre o Brasil e o mundo

**P**ressionado pelo Congresso e pela ala política, o presidente Jair Bolsonaro deve anunciar depois do carnaval a prorrogação do auxílio emergencial, que passaria a vigorar a partir de março. A ideia é que o custo com a extensão do benefício fique fora do teto de gastos, regra fiscal que impede que as despesas públicas cresçam mais que a inflação do ano anterior. De acordo com o plano em estudo, a nova rodada de repasses — três parcelas de R\$ 200 — seria restrita a cerca de metade dos trabalhadores atendidos no ano passado pelo programa. A equipe econômica, no entanto, ainda defende que qualquer medida seja compensada por ações de ajuste fiscal.

A estratégia é bancar o novo auxílio por meio de créditos extraordinários, espécie de liberação de dinheiro público que não é sujeita ao teto. O mecanismo foi o mesmo adotado no ano passado para fazer frente às despesas emergenciais do combate à pandemia, inclusive os R\$ 294 bilhões gastos com a medida em 2020. Uma solução para o retorno do benefício, na avaliação de auxiliares, será importante para a campanha de reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Nos últimos dias, líderes do Congresso têm defendido a prorrogação dos repasses, em meio ao agravamento da situação da pandemia. Na se-



Ajudia. Fila para receber o auxílio emergencial no auge da pandemia: proposta prevê mais três parcelas de R\$ 200, restritas à metade dos atendidos em 2020

gunda-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que uma solução para o impasse poderia ser alcançada nesta semana e que o pagamento da ajuda aos trabalhadores sem contrapartidas. É necessário ter certeza de que você está falando para o mercado que você tem a necessidade de gastar um pouco mais, mas está tomando medidas para frear um crescimento de despesas no futuro — disse ele, em evento virtual.

### CUSTO DE R\$ 18 BILHÕES

Essa avaliação vai de encontro à da equipe econômica. Ontem, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que há "pouco ou nenhum" espaço fiscal para nova rodada do programa.

Ele afirmou que ampliar gastos sem apresentar contrapartidas seria uma sinalização ruim para o mercado.

— Nós pensamos que há pouco ou nenhum espaço para mais transferências fiscais sem contrapartidas. É necessário ter certeza de que você está falando para o mercado que você tem a necessidade de gastar um pouco mais, mas está tomando medidas para frear um crescimento de despesas no futuro — disse ele, em evento virtual.

Os riscos no horizonte fiscal, diante das pressões para um novo auxílio, preocupam

os investidores ontem. Mesmo com duas intervenções do BC após o dólar se aproximar de R\$ 5,45, a moeda americana fechou em alta de 0,22%, a R\$ 5,38. Já a Bolsa encerrou em queda de 0,19%, aos 119.471 pontos.

Apesar do alerta de Campos Neto, integrantes do governo defendem que, ao dar início à aprovação de medidas econômicas, como a reforma administrativa e a autonomia do BC, o Executivo começa a sinalizar compromisso com o ajuste fiscal. Assim, a expectativa é de compreensão em relação ao furo do teto. Outra

fonte do alto escalão avalia ainda que espera sensibilidade do mercado com o fato de que a flexibilização tem o objetivo de bancar o auxílio — um motivo específico e emergencial — e não de aumentar os gastos públicos.

O formato final da nova fase do benefício ainda é incerto. Há um receio no governo de que a proposta da equipe econômica de pagar três parcelas de R\$ 200 mude no Congresso — como ocorreu no ano passado —, e a conta fique muito mais salgada, além dos R\$ 18 bilhões inicialmente estimados. O valor pode subir

para R\$ 300, podendo chegar a R\$ 600 com aumento também no número de parcelas, por ação de parlamentares interessados em renovar seus mandatos em 2022.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, eleito com o apoio do Planalto, sempre defendeu abertamente o auxílio emergencial. Agora, terá de mostrar força para que o Executivo não sofra uma reviravolta no Parlamento.

### CORTES DE DESPESAS

Na avaliação de uma fonte, o ideal seria pagar o auxílio, de forma definitiva, apenas para um universo de quatro milhões de famílias, identificadas entre os chamados invisíveis — grupo de trabalhadores informais sem capacidade de gerar renda e fora do Bolsa Família. Segundo esse interlocutor, com um benefício emergencial para 30 milhões de pessoas, muita gente que não precisa da ajuda acabaria recebendo.

A equipe econômica ainda resiste a gastar fora do teto e tenta negociar cortes de despesas para acomodar o novo auxílio. Mesmo se o gasto for feito fora dessa regra, os técnicos terão de compatibilizar o novo gasto à meta fiscal, que é a diferença entre receitas e despesas do governo. Para este ano, a previsão é de rombo de R\$ 247 bilhões nas contas públicas. Qualquer nova despesa — mesmo fora do teto — precisa se encaixar nessa meta, seja por corte de outros gastos ou aumento de receitas. A equipe econômica, porém, descarta aumento de impostos e também não quer alterar a meta fiscal para acomodar os novos gastos. Por isso, a insistência em cortar despesas.

No Legislativo, soluções para o impasse fiscal também estão em análise. Ontem, durante reunião de líderes do Senado, parlamentares discutiram possibilidades, como prorrogação do Orçamento de Guerra. A possível criação de um tributo emergencial também é vista como pouco provável. (Colaboraram Manoel Ventura, Gabriel Shinohara, Julia Lindner e João Sorima Neto)

## Emprego não pode ser sustentado por medidas emergenciais, diz Economia

MANOEL VENTURA  
escritor sobre Política e o Brasil

**E**nquanto o governo é pressionado a prorrogar o auxílio emergencial, uma nota técnica da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, obtida pelo GLOBO, reconhece o sucesso das medidas para limitar a per-

da de emprego no Brasil durante a crise, no ano passado, mas afirma que essas ações foram temporárias. O texto argumenta que a geração de emprego e de renda no longo prazo não pode ser "sustentada pelas medidas emergenciais". "A geração de emprego e de renda no longo prazo não pode ser sustentada pelas medi-

das emergenciais, pois depende de fatores estruturais do mercado, como produtividade da mão de obra, ambiente de negócios e segurança jurídica", diz o documento.

De acordo com a nota, medidas como a que permitiu a redução de salários e jornada de trabalhadores servem para um propósito específico de atenuar

os efeitos da crise no momento mais grave.

"Neste momento, o foco se volta às medidas estruturais, que irão determinar a trajetória de crescimento e geração de emprego no longo prazo na economia brasileira. As medidas estruturais são as reformas econômicas e a consolidação fiscal", observa a pasta.

A nota defende que, para que haja aumento de emprego e renda, são necessárias reformas que criem marcos legais que estabeleçam segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável.

O Brasil fechou 2020 com saldo de 142 mil novos empregos com carteira assinada. A nota sustenta que o mercado

informal "está se recuperando e registrando aumento do emprego". Citando dados do IBGE, aponta que a população ocupada cresceu 4,8% no trimestre encerrado em novembro de 2020 em relação ao trimestre anterior, aumento puxado pelo setor informal da economia. O governo credita o resultado ao programa de manutenção do emprego, que atingiu mais de 11 milhões de trabalhadores e mais de 1,5 milhão de empresas.

ZEINA LATIF, JUIZA DE DIREITO, QUE TRABALHA EM UMA EMPRESA DE CONSULTORIA, EM SÃO PAULO. (FOTO: GUSTAVO SOUZA/ISTOCK)

## ZEINA LATIF



zeina@globo.com.br



### Menos improvisado, por favor

É bastante óbvio que a vacinação em massa e a transferência de renda aos indivíduos são mais vulneráveis ao impacto da pandemia do que medidas urgentes de política pública. Não faltaram alertas. Mesmo assim, falta foco e há muito improviso.

A retomada da economia depende desses assuntos, interligados — quanto mais lenta a vacinação, maior a necessidade de socorrer os mais pobres. Não se trata apenas de garantir recursos orçamentários, mas de ter bons desenhos de políticas públicas. O governo falha nas duas frentes. A julgar pelo andar da carruagem, teremos a pior combinação possível: o aumento do endividamento público

financiando medidas pouco eficazes.

A reação à pandemia foi relativamente rápida do lado econômico, mas não nos preparamos para uma crise que ainda terá mais capítulos, em boa medida pelos próprios erros do governo. Pessoalmente, defendo uma gestão mais cautelosa e com foco especial na saúde, pois conter a doença ajudaria a limitar o contágio na economia. A crise prometia ser longa, e o quadro fiscal já era frágil. A escolha, no entanto, foi outra. Como resultado, a saúde do paciente ficou a fatura de um custo fiscal mais elevado na comparação mundial.

Há muitas incertezas sobre quando atingiremos a "imunidade de rebanho" pela vacinação. Para começar, não há evidências claras sobre qual a taxa de imunidade para a Covid-19. Especialistas falam em 60%-80%, o que significa a necessidade de eficácia das vacinas nesse intervalo. No entanto, as estimativas não consideram as novas cepas e assumem a vacinação aleatória, o que não ocorre por razões estratégicas e morais — são prioridades os profissionais de saúde e os idosos.

Seria importante testagem em massa para mapear as novas cepas, algo impensável.

Quanto mais demorar a vacinação, maior a ocorrência de mutações. Trata-se, pois, de uma "corrida entre vacinação e novas mutações", nas palavras de Julio Croda.

A tarefa vai além de adquirir vacinas e ma-

teriais tempestivamente — não se sabe ao certo esses números. Envolve logística, planejamento e treinamento de profissionais da saúde para reduzir perdas físicas e técnicas na vacinação. As perdas físicas (frasco ainda fechado) estão mais associadas a problemas de logística, como acondicionamento, e as perdas técnicas (frasco aberto) decorrem principalmente do manuseio.

O Ministério da Saúde adotou como parâmetro uma taxa de 5% de perda no Plano Nacional de Imunização, mas parece otimista em demasia. São poucas as pesquisas disponíveis sobre perdas em vacinação no Brasil, mas elas indicam taxas muito superiores às recomendadas pela OMS de 5% para frascos de dose única e 25% para dose múltipla — é o caso das vacinas da Covid-19 —, pois, uma vez aberto o frasco, o prazo para a vacinação é bastante curto.

Uma pesquisa feita em 2015-17 por Scheila Mai e colegas para a Região Metropolitana de Porto Alegre — o 6º maior IDH entre as capitais — obteve taxa média de perda de 45,8%, sendo 29,1% para vacinas com dose única e 56,7% para dose múltipla. Outros estudos mos-

tram grande heterogeneidade entre estados. Imagine as perdas em regiões mais carentes.

Esse difícil quadro sugere que não voltaremos rapidamente à normalidade. Isso em meio à exaustão de políticas anticíclicas fiscal e monetária. A dívida pública elevada e crescente já contamina o ambiente macroeconômico, como no comportamento do dólar, e o Banco Central estendeu recentemente o desconforto com a baixa taxa de juros atual.

Os políticos têm apontado a necessidade de estender o auxílio emergencial, por coerência ou por se preocuparem com a queda de aprovação do governo. Aqui também há improviso de um governo que preferiu procrastinar, talvez temendo o desgaste junto a investidores por conta de mais gastos por iniciativa do Executivo. O resultado é que não há estudo embasado tecnicamente para definir o valor e o público-alvo. Depois dos excessos no programa anterior, tornou-se necessário focalizar melhor em quem realmente precisa. O governo deveria ter aperfeiçoado o Cadastro Único, por meio de convênios com os entes subnacionais, e encontrado fontes de recurso no Orçamento. Se existissem, como aponta Marcos Mendes, mas condicionadas a reformas. Desperdiçamos tempo valioso.

Há um deserto a ser atravessado, e estamos sem provisões.

# Inflação desacelera, mas alimentos têm alta expressiva

Índice perde fôlego, passando de 1,35% em dezembro para 0,25% em janeiro. Grupo que mais influenciou no aumento, alimentação deve continuar subindo neste primeiro trimestre, dizem analistas

CAROLINA NALIN  
analista em economia para o GLOBO

Apesar de a inflação ter perdido fôlego em janeiro, desacelerando de 1,35% em dezembro para 0,25% no mês passado, a alta no preço dos alimentos não dá tréguas. Segundo dados divulgados ontem pelo IBGE, alimentação e bebidas subiram em média 1,02% em janeiro, uma variação alta da registrada em dezembro (1,74%), mas, ainda assim, o grupo teve o maior peso na inflação do primeiro mês do ano.

Apesar do freio na escalada dos preços, especialistas avaliam que os alimentos continuarão pressionando a inflação neste primeiro trimestre. Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos, espera normalização a partir de abril. — Com a melhora gradual

da pandemia, devemos começar a ver a retomada de algumas ocupações, principalmente as informais. Assim, é esperado um ciclo de normalização conforme a pandemia começa a melhorar.

#### CARNES CAÍRAM DE PREÇO

A pressão dos alimentos ocorre justamente num momento de queda na renda do brasileiro, com o fim do pagamento do auxílio emergencial. Em 12 meses, a cebola subiu 43,3%, enquanto a batata-inglesa ficou 67% mais cara, e o tomate, 40,9%.

Outro item com forte peso no orçamento das famílias mais pobres que teve aumento em janeiro foi o gás de botijão, que subiu 3,19%, a oitava alta mensal seguida. Em 12 meses, já subiu 11,75%.

Em janeiro, as carnes, que vinham subindo ao longo de

#### O IPCA NO ÚLTIMO ANO

Variação mensal (em %)



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

2020, recuaram 0,68%. Na avaliação do gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislanov, isso pode ser reflexo do fim do pagamento do auxílio emergencial, ou seja, os mais pobres estariam reduzindo o consumo de carne:

— O auxílio emergencial ajudou a sustentar a alta dos produtos alimentícios ao longo de 2020. Essa deflação das carnes em janeiro pode ter relação com o benefício, mas podem ter outras influências do próprio mercado

Precisamos aguardar. Lisandra, da XP, concorda e acrescenta outros fatores: — Ainda é cedo para falar que a deflação foi caracterizada pelo fim do auxílio, porque ela está associada a outras questões, como a demanda in-

ternacional e o preço dos fertilizantes. Mas vimos atipicamente em janeiro uma pressão menor vinda dos preços da carne no atacado. Por consequência, o atacado repassou menos ao consumidor.

#### ENERGIA PODE AUMENTAR 13%

Pesou ainda na perda de fôlego da inflação em janeiro a energia elétrica, que registrou queda de 5,6% com a entrada em vigor da bandeira tarifária amarela. Já o reajuste dos combustíveis passou a alta do índice. O preço da gasolina subiu 2,17%, e o do diesel, 2,60%.

Ontem, contudo, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) disse que as contas de luz podem ter alta média de 13% em 2021. E citou a alta do dólar, do IGP-M e o aumento da geração térmica como causas. (Colaborou Manoel Ventura)

# Mercosul-UE: França quer impor condições ambientais para acordo

Governo Macron elabora 'documento paralelo' com novas exigências

JANAINA FIGUEIREDO  
jra@globo.com.br

Se havia alguma dúvida sobre a França ser hoje a principal pedra no sapato do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE), docu-

mento elaborado pelo governo Emmanuel Macron, ao qual O GLOBO teve acesso, que sugere condições a serem impostas para firmar o entendimento, confirma isso. O alvo central da resistência francesa é a política ambiental do Mer-

cosul (leia-se brasileira). Em meio às tentativas de salvar o acordo, está sendo discutida, por iniciativa dos europeus, a assinatura pelos países do Mercosul de um *side paper* (documento paralelo). A França elaborou o novo com-

promisso, a ser debatido com os demais membros da UE.

O texto, considerado por outros governos do Mercosul quase uma ata de rendição, propõe condicionar a assinatura do acordo a novas obrigações, sobretudo em matéria ambiental. Essas condições vão muito além do que foi negociado entre os dois blocos e incluem, entre outras, o compromisso de retomar mecanismos de financiamento de proteção de ONGs e comunidades indígenas, e a derrubada de reformas e legislações que, segundo a França, prejudicam a

proteção do meio ambiente.

O documento, que já circula no Itamaraty e nas chancelarias dos países do Mercosul, torna por base o Acordo de Paris. "O atual desmatamento nos países do Mercosul, que pode ser consequência de políticas adotadas, é muito preocupante e não atende aos objetivos estabelecidos no Acordo de Paris e na Convenção da ONU sobre mudanças climáticas".

O texto foi recebido com indignação pelo chanceler Ernesto Araújo, mas também por seus pares do Mercosul. Foi questionado tom "coloni-

alista" das francesas que, segundo fontes diplomáticas, usam a rifta entre Macron e Bolsonaro para justificar sua oposição ao acordo.

Segundo uma fonte do governo brasileiro, o Mercosul não aceitará "critérios inventados unilateralmente pelos franceses ou pela UE".

Ontem o presidente Jair Bolsonaro disse que "não tem por que Brasil e França se distanciem", ao lançar o programa federal Adote um Parque. O grupo francês Carrefour foi o primeiro a aderir. (Colaborou Daniel Gullino)



# Governo federal quer facilitar acesso de caminhoneiros ao MEI

Ideia é considerar apenas ganho efetivo desses profissionais, para que fiquem dentro do limite de R\$ 81 mil anuais

GERALDA DOCA  
para O Globo com tr  
muito

Diante das dificuldades do governo federal em baixar impostos para baratear o preço dos combustíveis e atender às reivindicações dos caminhoneiros, integrantes da equipe econômica voltaram a defender a aprovação de um projeto de lei que permite o enquadramento da categoria no regime do Microempreendedor Individual (MEI).

O texto em estudo, de autoria do senador Jorginho

Mello (PL-SC), permite que os caminhoneiros possam participar do MEI mesmo tendo faturamento anual acima de R\$ 81 mil, limite atual para enquadramento no regime tributário especial. A proposta já foi aprovada pelo Senado e está pronta para ser analisada pela Câmara.

## USAR SÓ 20% DA RECEITA

A estimativa dos técnicos que elaboraram a proposta é que o faturamento desses profissionais seja, em média, da ordem de R\$ 430

mil, mas o ganho efetivo seria, na verdade, de 20% desse total. Essa estimativa desconta custos com combustível, peças e pneus.

Assim, somente 20% da receita deles seriam considerados no cálculo para permitir a inclusão no MEI.

O MEI é um regime simplificado que reúne vários impostos em um único pagamento e assegura cobertura previdenciária. Segundo um técnico da equipe econômica, a medida seria vantajosa para os caminhoneiros, que poderão



Adaptação. Cálculo que desconta gastos com combustível, peças e pneus permitiria que caminhoneiros ficassem no MEI

emitir nota fiscal, ter acesso ao crédito e usar as chamadas maquininhas.

O plano é fixar um percentual de recolhimento em 11% sobre o salário mínimo, superior aos 5% cobrados dos demais contri-

buintes no MEI. O objetivo é não comprometer as contas da Previdência Social com pagamento de benefícios.

O projeto altera também o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa

de Pequeno Porte e muda a composição do comitê do Simples Nacional, que, entre outras prerrogativas, pode excluir ocupações do MEI e fixa um quórum mínimo para aprovação de mudanças nas regras.

# Royalties: Rio quer Lira como 'patrono' de acordo

Governador do estado pede a presidente da Câmara que atue como articulador na discussão sobre partilha dos recursos do petróleo

PHILLO CAPPELLI  
cappe: @globo.com.br  
muito

O governador interino do Rio, Cláudio Castro (PSC), pediu ao novo presidente da Câmara, Ar-

thur Lira (PP-AL), que atue como articulador e "patrono" de um acordo envolvendo a partilha dos royalties de petróleo entre estados produtores e não produtores. A ideia é

que a ação que tramita no Supremo Tribunal Federal seja extinta caso o Congresso Nacional chegue a um consenso.

Os royalties são uma das principais fontes de arre-

cação do Palácio Guanabara, e Castro teme que uma decisão desfavorável inviabilize o fluxo de caixa do Estado do Rio. Ele e Lira se reuniram ontem por duas horas, na residência oficial do presidente da Câmara, em Brasília.

— A questão da partilha tem sido discutida na Câmara de Conciliação do Senado, mas fatalmente voltará para a Câmara dos Deputados, porque esse

acordo terá de ser feito através de lei. Não vai poder ser uma coisa simplesmente judicial. Falei ao Lira que ele pode ser, talvez, o grande patrono desse acordo para o país inteiro. Lira falou que seria muito interessante incluir essa questão dos royalties já no pacto federativo (que o Planalto planeja discutir no Congresso) — disse Castro, que fez campanha para Lira na

disputa à presidência da Câmara dos Deputados.

Outro pedido de Castro foi em relação ao projeto de lei complementar 101, de socorro financeiro aos estados. Já aprovado, ele proíbe que cargos vagos nas administrações estaduais sejam preenchidos.

— Essa questão de não repor as vacâncias preocupa muito, por conta de áreas como saúde, educação e segurança pública. Isso pode gerar um déficit tremendo de pessoal, talvez impagável — disse Castro, acrescentando que Lira ficou de discutir o assunto com o ministro da Economia, Paulo Guedes.



## Câmara dá urgência para BC autônomo

Projeto deve ser aprovado sem mudanças; Campos Neto poderá ter mandato até dezembro de 2024

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

10/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Lira: em primeira votação conduzida pelo novo presidente da Câmara, requerimento de urgência aprovado por 363 votos — Foto: Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados

Sob críticas da oposição, a Câmara dos Deputados aprovou ontem com ampla margem favorável, de 363 votos a 109, requerimento para que o projeto que dá autonomia para o Banco Central (BC), com mandatos para o presidente e diretores,

tramite com urgência e possa ser votada direto no plenário. A análise do mérito da matéria deve ocorrer hoje. A votação foi a primeira conduzida por Arthur Lira (PP-AL) desde sua vitória na eleição para a presidência da Câmara.

Os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, negociaram com os líderes da base governista que a proposta será aprovada sem alterações para que vá direto para sanção presidencial.

Com esse acordo, o projeto manterá a regra apresentada pelos senadores de um duplo mandato: manterá a missão de assegurar a estabilidade monetária, mas passará a também perseguir, “na medida de suas possibilidades”, o fomento ao pleno emprego no país. As metas serão definidas pelo Comitê Monetário Nacional (CMN), formado hoje pelo ministro da Economia, pelo presidente do BC e pelo secretário da Fazenda.

A proposta estabelece que o presidente e os diretores do BC terão quatro anos de mandato, que não coincidirá com o do presidente da República, responsável pela indicação dos membros da autoridade monetária. A aprovação e possível destituição do presidente do Banco Central e dos diretores ocorrerá pelo Senado. A saída dos dirigentes poderá ocorrer por “comprovado e recorrente desempenho insuficiente”, enfermidade, a pedido ou por condenação judicial.

Caso a aprovação ocorra, o atual presidente, Roberto Campos Neto, terá mandato até 31 de dezembro de 2024 - metade do governo do próximo presidente da República - caso tenha sua indicação confirmada pelo presidente Jair Bolsonaro, sem necessidade de confirmação pelo Senado. Os oito diretores terão mandatos escalonados entre o fim de 2021 e de 2024.

Parlamentares de partidos do Centrão tem demonstrado disposição em votar o projeto rapidamente. O objetivo seria que o BC deixe de ter status de ministério para abrir espaço para Bolsonaro recriar outro ministério para abrigar aliados na Esplanada.

Os deputados governistas defenderam a aprovação da proposta, dizendo que melhorará o ambiente para investimentos no Brasil. “Isso vai dar ao país um novo padrão de governança monetária, um sinal fundamental ao mercado internacional

de que nós estamos melhorando as nossas ferramentas da economia”, disse o relator, deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE).

Já a oposição disse que a autonomia deixará o Banco Central na mão do sistema financeiro e dificultará que o presidente eleito possa decidir a política monetária e de juros. “Não é matéria que diz respeito à pandemia, não tem nenhuma urgência senão a ganância dos mercados. Não tem nenhum sentido votar essa matéria”, disse a deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS).

A base do governo e a maioria dos partidos de esquerda fizeram acordo para permitir que todos os deputados inscritos pudessem discursar e que a votação de mérito ocorra hoje, com a análise do texto e de cinco emendas da oposição. O projeto deve ser o primeiro aprovado na gestão do novo presidente, Arthur Lira (PP-AL), numa tentativa de sinalizar ao mercado a retomada da agenda de reformas econômicas.

Além disso, os parlamentares aprovaram requerimentos de urgência para dois projetos relacionados à pandemia da covid-19: tornar crime “furar” a fila de vacinação e considerar dano qualificado, com pena maior, destruir, inutilizar ou deteriorar vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Este segundo projeto, segundo o relator, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), valerá apenas para quando houver dolo (intenção) de destruir os insumos - não sendo aplicado, por exemplo, para a perda de validade de exames contra a covid-19 que o Ministério da Saúde não está conseguindo distribuir.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

# Para retomar auxílio, Economia quer volta da PEC do Orçamento de Guerra

PEC Emergencial é outro objetivo da pasta liderada por Paulo Guedes

Por Fabio Graner, Edna Simão, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi — De Brasília

10/02/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

Com o auxílio emergencial se tornando praticamente um fato consumado imposto pela classe política, o Ministério da Economia negocia com o Congresso a edição de uma nova PEC de Orçamento de Guerra, como ocorreu no ano passado, além de insistir na necessidade de se avançar com o ajuste fiscal por meio da PEC Emergencial.

Também entrou em discussão com o Congresso a criação de um imposto temporário, nos moldes da antiga CPMF, com o objetivo de captar recursos para financiar o benefício. O tributo seria válido apenas enquanto a crise do coronavírus não for superada. Parlamentares da base do governo relataram ao **Valor** que a ideia foi apresentada a eles nos últimos dias pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Interlocutores do chefe da equipe econômica negaram que ele tenha falado isso. Alguns, porém, reconhecem que esse tema já foi tratado no passado entre Economia e parlamentares.

Essas discussões estão tomando tempo para a definição do novo auxílio, cuja proposta inicial da área econômica seria de R\$ 200 por três meses e para um grupo menor do que os 56 milhões de beneficiários do fim de 2020, incluindo oferta de cursos para essas pessoas. Há um forte movimento de parlamentares em contato com o governo para encontrar soluções e tentar acelerar o processo. Algumas fontes dizem que a solução pode só sair depois do Carnaval.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse ontem, durante reunião de líderes, que a iniciativa de um novo auxílio precisa partir do governo. Foi debatida a possibilidade de uma medida provisória como forma de viabilizar mais rapidamente o novo benefício, mas, segundo Pacheco, detalhes técnicos ainda estão sendo discutidos pelo Executivo.

Sobre a ideia de tributo temporário, a proposta seria de uma alíquota entre 0,10% e 0,15%. “Guedes nos explicou sobre o novo imposto para bancar o retorno do auxílio emergencial. Ele deixou claro que seria válido só durante a pandemia e para financiar o programa social”, disse um parlamentar sob condição de anonimato. “Essa associação do novo imposto com a geração de recursos para voltar a pagar o auxílio emergencial é um xeque-mate na esquerda. Eles não vão ter como votar contra”, avaliou um deputado governista, apostando até no apoio de Bolsonaro.

Na questão da PEC de Guerra, o objetivo é que, mesmo com um valor menor e mais focalizado, o auxílio seja pago sem que o governo seja responsabilizado pelo descumprimento das “regras de ouro” e de resultado primário. O dispositivo poderia ser incluído na PEC Emergencial, com outras medidas de ajuste, como defendeu o ministro Paulo Guedes na semana passada, mas a situação se complicou após a fala do presidente do Senado, que agora quer desvincular as discussões do auxílio das relativas ao ajuste fiscal de longo prazo.

Além disso, o próprio presidente Jair Bolsonaro tem mostrado resistência à PEC Emergencial, porque inclui medidas impopulares, como a desindexação de benefícios. Mas a equipe econômica ainda sonha em fazer essa iniciativa andar para dar um sinal mais forte de sustentabilidade da dívida.

A volta do auxílio ainda tem resistência de boa parte dos técnicos da equipe econômica, mas a onda política, o recrudescimento de casos de covid-19 em um ambiente de fragilidade econômica e a ainda lenta vacinação estão deixando o time de Guedes sem saída, reconhecem fontes da pasta.

Além de questões como alcance do programa e impacto direto na vida das pessoas, os técnicos da Economia estão debruçados em questões jurídicas e contábeis. Uma delas é sobre se o instrumento do crédito extraordinário poderia ser legalmente

aplicado nesse caso, enquadrando-se na exigência de imprevisibilidade, dado que a pandemia tem quase um ano e muitos entendiam que seria o caso de não ter encerrado o benefício no ano passado. O tema está sendo levantado fora do governo, por especialistas como a procuradora do MP de Contas de São Paulo, Élide Graziane, mas o **Valor PRO**, serviço em tempo real do **Valor**, apurou que também está sendo observado na área econômica.

Apesar da discussão sobre a imprevisibilidade, há muitos argumentos favoráveis ao uso do crédito extraordinário. Uma fonte especializada no assunto e com interlocução no governo lista que fatores como a existência de uma segunda onda da covid-19 no Brasil, novas variantes e o tempo para disponibilidade de vacinas em massa referendariam seu uso. Além disso, fontes de dentro e fora do governo apontam que dificilmente alguém levaria a questão ao Supremo, pois soaria como jogar contra o auxílio.

De qualquer forma, há a alternativa de se fazer o auxílio dentro do teto de gastos, como defenderam na semana passada os presidentes do Congresso, embora anteontem tenham mudado de posição, passando a defender soluções alternativas “excepcionais”. Com o teto, o alcance do benefício teria que ser bem mais restrito.

Outro drama para o governo são as obrigações fiscais, principalmente a “regra de ouro”, mas também a meta de resultado primário. No primeiro, que veda ao governo se endividar para fazer despesas que não são investimentos, o problema é mais grave. Sem Orçamento aprovado e com uma insuficiência estimada em mais de R\$ 450 bilhões para este ano, o governo já começa sentir dificuldades. Por exemplo: uma das medidas do programa de ação dessa segunda onda, a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas, ficou parada, apesar de já estar decidida, por causa da insegurança relativa à falta de crédito suplementar para cobrir o déficit da “regra de ouro”.

Daí a necessidade de um mecanismo como a PEC de Guerra, que confirme a situação de calamidade pública e libere as regras fiscais, ou aumento de tributo para viabilizar o auxílio sem colocar no radar riscos de impeachment por descumprimento desses preceitos. Aprovar uma PEC, porém, mesmo com consenso político toma algum tempo, atrasando o processo.

O prazo de três meses que se fala para o auxílio se deve à expectativa é de que haja uma melhora na economia, principalmente com a aceleração do processo de imunização. Nesse contexto, uma das ideias pensadas pelo governo é proporcionar a qualificação profissional para os informais enquanto estiverem recebendo o benefício. Essa seria uma forma desse trabalhador estar preparado para o preenchimento de uma vaga, quando a economia estiver mais aquecida. Mas o benefício não obrigaria a realização do curso.

Sobre a discussão de um novo imposto para bancar o auxílio, que também demandaria uma PEC, vale lembrar que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a ideia em entrevista ao Valor em julho do ano passado. Procurado, Lira afirmou desconhecer qualquer proposta em discussão no momento. **(Colaboraram Raphael di Cunto e Vandson Lima)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Novo cartão de crédito atinge marca de 1 milhão de pedidos. Peça o seu!**

MELIUZ

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede Grafite NETSOFAS**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Sofrendo com dores articulares? Pesquisadores descobrem algo incrível**

CURCUMINA PLUS

LINK PATROCINADO

**Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!**

KIT BRANDS





Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

## País convive com herança estatal do II PND

Apesar das polêmicas, todo governo reduz Estado na economia

10/02/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

### Batendo em retirada

Participação do setor público no investimento em infraestrutura

■ Em % do total



Fonte: Inter.B (2019) e estimativas de Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho

Embora não tenham desmontado inteiramente, até os dias atuais, o modelo nacional desenvolvimentista que faliu durante a crise da dívida, em 1982, todos os presidentes, desde então, diminuíram a participação do Estado brasileiro na

economia (*ver gráfico abaixo*). Praticamente todos privatizaram ou concederam ao setor privado a gestão de serviços públicos como rodovias, telefonia e aeroportos, algo, ainda hoje, impensável para os defensores de um Estado utópico, provedor de bens e serviços de qualidade.

O fato de todos os governos terem vendido estatais significa que o modelo de desenvolvimento exauriu-se, isto é, tornou-se insustentável do ponto de vista de seu financiamento tanto fiscal (recursos públicos) quanto externo (dívida bancária). O negacionismo dessa realidade - o pior defeito de um governante - por setores da burocracia estatal, do empresariado, da classe média e do meio político à esquerda e à direita produziu nas décadas seguintes a ruína econômica, traduzida pelo advento da hiperinflação, pela queda brutal da taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pela deterioração da infraestrutura, pela forte contração das taxa de investimento dos setores público e privado etc.

## Apesar das polêmicas, todo governo reduz Estado na economia

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi lançado em 1974, no governo Geisel (1974-1979), como resposta à crise internacional provocada pela primeira crise do petróleo. O objetivo, conforme anunciou o então presidente na ocasião, era evitar que a Ilha de Vera Cruz caísse numa recessão.

Bem, o II PND não foram medidas tópicas, conjunturais, como redução de impostos, corte de juros ou oferta de crédito oficial subsidiado, mas, sim, um amplo conjunto de iniciativas, envolvendo o governo, o setor privado e o capital externo. Foi a maior intervenção do Estado na economia na história deste território. O objetivo do II PND era dotar o país de infraestrutura comparável à de nações ricas, de um poderoso setor de bens de produção (nos setores siderúrgico, de química pesada, metais não ferrosos e minerais não metálicos) e de energia (petróleo e derivados, energia hidroelétrica e fontes alternativas como etanol e energia nuclear).

Foram durante aqueles anos que o número de estatais atingiu o ápice (382, segundo estudo da OCDE de 2017, realizado a partir de dados fornecidos pelo governo brasileiro). Toda a estratégia só seria viável se a taxa de juros, o custo dos quase US\$

100 bilhões que o país tomou emprestado na década de 1970, jamais subisse aqui e no mercado, “eppur si muove” (mas, ela se move).

Com a segunda crise do petróleo, deflagrada em 1979, a inflação americana escalou degraus até chegar a 20% e, para abaixá-la, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) moveu as taxas de juros com a mesma intensidade.

Uma continha rápida, grosso modo, evidentemente: no início daquela década, o país chamado Brasil devia pouco mais de US\$ 6 bilhões ao exterior e o juro no mercado internacional era negativo; no início da década de 1980, a dívida estava em US\$ 100 bilhões, e a taxa de referência do Fed, acima de 20%. Que tal?

A crise da dívida, “a mãe de todas as crises”, se deu em 1982, quando o presidente era o general João Baptista Figueiredo, o último da longa ditadura militar (1964-1985) instaurada por aqui. Já movido pela necessidade de desidratar o Estado criado pelo II PND, Figueiredo instituiu o Programa Nacional de Desburocratização (Decreto n 83.740/79), liderado por Hélio Beltrão e o que mais fez pela “causa”, e criou a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST).

“Foi a primeira manifestação concreta de uma preocupação com o gigantismo estatal, com o claro objetivo de introduzir uma primeira agenda de reforma do Estado”, diz Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, especialista no tema das privatizações, tendo trabalhado na modelagem de algumas operações quando trabalhou no BNDES. “A primeira Comissão de Especial de Desestatização foi criada em 1981 [Decreto Presidencial 86215/1981] e fixou normas para transferência e desinvestimentos das empresas controladas, identificando na ocasião 140 prontas para serem vendidas.”

No governo Sarney (1985-1990), o tema privatização começou a ser discutido e, pela primeira vez, associou-se a venda de estatais à redução do endividamento público interno e externo (via conversão de dívida). Até hoje, alguns críticos fazem muxoxo em relação a isso, esquecendo-se de um fato importante: aquela miríade de estatais foi criada às custas do endividamento interno e externo do país. Nada mais justo e razoável que o dinheiro arrecadado com a venda seja destinado à amortização da dívida.

O governo Sarney tentou, com a edição de vários decretos, ampliar o alcance do programa de venda das empresas, observa Chrysostomo, mas foi muito pressionado por grupos de interesses privados a não privatizar nada.

“O Brasil vem realizando diversas desestatizações há mais de 30 anos, incluindo-se modelos de venda de controle, vendas de participação minoritária, concessões públicas e parcerias público-privadas (administrativas ou patrocinadas), presentes em todos os entes da federação”, conta Chrysostomo, que trata do assunto no livro “Reforma do Estado no Brasil” (Atlas, 2020), organizado pelo economista Fabio Giambiagi.

**Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras**

**E-mail: cristiano.romero@valor.com.br**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**O óculos que chegou para desbancar as grandes marcas com um preço justo**

THINGTEX

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede Grafite NETSOFAS**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Novo cartão de crédito atinge marca de 1 milhão de pedidos. Peça o seu!**

MELIUZ

LINK PATROCINADO

**Sofrendo com dores articulares? Pesquisadores descobrem algo incrível**

CURCUMINA PLUS

# Porto Alegre terá projeto-piloto de mediação tributária

Objetivo é a aprovação de lei municipal que seja modelo para as demais prefeituras

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

10/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Prefeitura de Porto Alegre poderá ser a primeira a usar a mediação tributária para incentivar acordo consensual entre Fisco e contribuinte. O município assinou documento com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e a Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) para o desenvolvimento do primeiro “Projeto Executivo de Mediação Tributária”. O objetivo final é a aprovação de lei municipal, que seja modelo para as demais prefeituras.

Em Porto Alegre, em 2020, o estoque da dívida ativa fechou em R\$ 2.282.577.096,81, sendo que R\$ 1.089.896.544,17 refere-se só a ISS. A meta de arrecadação para 2021 é de R\$ 256 milhões.

O documento cria uma comissão formada por dois representantes do governo de Porto Alegre, dois da Abrasf e dois da ABDF para que estudos sobre a mediação tributária no município sejam concluídos em até 90 dias, depois uma proposta legislativa seja aprovada em até 120 dias e a nova norma seja implementada em até mais 120 dias.

Auditor há 18 anos, o atual secretário da Fazenda da cidade, Rodrigo Fantinel, diz que a ideia da mediação já estava em estudo, a Abrasf o contactou e ele viu que a elaboração do projeto-piloto era bastante aderente ao que a prefeitura buscava

para diminuir os conflitos entre contribuintes e Fisco. “O município arrecadará antes e a empresa se livrará mais rapidamente do passivo”, afirma o secretário.

Segundo Fantinel, o município de Porto Alegre tem hoje nas duas esferas do contencioso administrativo em torno de R\$ 500 milhões em discussão e não recorreu à transação para a resolução de conflitos. Prevista no Código Tributário Nacional (CTN), a transação já foi adotada pela União, alguns Estados e municípios, mas abrange apenas créditos já inscritos na dívida ativa.

“Na transação o litígio já está instaurado, mas na mediação o objetivo é prevenir litígio”, diz Ricardo Almeida, assessor jurídico da Abrasf. Ele afirma que em países como México, Índia, Austrália, Canadá e Reino Unido já há a mediação em matéria tributária.

De acordo com Almeida, o projeto-piloto vai definir, por exemplo, qual o melhor momento para introduzir a mediação tributária. “A primeira ideia é que seja na consulta fiscal e na primeira instância administrativa, mas vamos analisar”, diz. Ele afirma que com Belo Horizonte também está adiantada a conversa da elaboração de um projeto de mediação tributária, além de Curitiba, “o que indica que se a experiência for positiva com Porto Alegre, deverá ser replicada”.

Presidente da Abrasf, o tributarista Gustavo Brigagão lembra que atualmente cerca de R\$ 5,5 trilhões são discutidos no contencioso tributário do país. E que, somando 8 anos na esfera administrativa e 12 anos no Judiciário, em média leva-se um total de 20 anos para a resolução de um litígio tributário no Brasil. “A mediação deve reduzir esses números no futuro. O contribuinte não aguenta mais isso, assim como o Fisco”, diz.

Embora a mediação tributária não esteja prevista no CTN, nada impede que ela seja adotada com base em lei municipal, de acordo com o tributarista. “Com uma lei regulamentadora se dará tratamento isonômico aos contribuintes”, afirma.

## Recuperação foi em “V”, mas perdeu força, afirma Campos Neto

Para presidente do BC, vacinação lenta e nova variante do coronavírus atrapalham retomada

Por **Estevão Taiar** — De São Paulo

10/02/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

---





Roberto Campos Neto: atividade será fraca no primeiro trimestre e melhor no segundo, dependendo da vacinação —  
Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que, depois de um início de recuperação em formato de “V”, a atividade econômica do Brasil vem perdendo força. Segundo ele, ainda há “muito” a entender a respeito da nova variante do coronavírus na Amazônia. Além disso, o início de vacinação no país está lento. Ambos os fatores atrapalham a retomada, afirmou.

Campos Neto traçou um cenário de atividade fraca no primeiro trimestre, com o desempenho do segundo trimestre dependendo da vacinação. “Acho que o segundo semestre vai ser melhor.”

A desaceleração pode ser observada por exemplo nos índices gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês), disse. O presidente do BC entende que a poupança acumulada durante a pandemia não deve ter grande impacto sobre a atividade no curto prazo.

Campos Neto lembrou que o país sairá da crise “com uma dívida mais alta” e um encurtamento da duração dos títulos. Mas houve também um aumento da participação de estrangeiros nas últimas semanas. Ele destacou que a inflação voltou a ser um tema importante. “Todos estão falando sobre isso nesses dias”, disse, lembrando, porém, que no ano passado a “inflação de serviços e outros componentes estavam bem abaixo da meta”. Ele reiterou que o mercado está projetando, por meio dos títulos públicos, inflação implícita maior no curto prazo e menor no longo prazo.

Já o mercado de trabalho formal, disse ele, “está se recuperando rápido”, embora o informal “vá demorar mais”.

A economia mundial também se recuperou inicialmente em V, segundo o presidente do BC, “mas em alguns lugares houve desaceleração maior do que



outros”.

Campos Neto afirmou que o quadro fiscal pode teoricamente influenciar as decisões de política monetária, desde que isso que afete a inflação. “A meta do BC é claramente a inflação”, disse em inglês em webinar promovido pelo Observatory Group. Segundo ele, a maneira como o quadro fiscal poderia impactar a condução da política monetária seria se as contas públicas afetassem a inflação esperada para o futuro.

Campos Neto voltou a fazer uma defesa enfática da importância do equilíbrio fiscal. O presidente do BC lembrou que não cabe à instituição opinar sobre novas medidas de estímulos fiscais, mas destacou a importância de que, se essas medidas forem adotadas, haja “contrapartidas” nos gastos públicos.

Também afirmou que os “mercados estão muito sensíveis a pequenas mudanças” nos índices de inflação e que “há muito barulho” nos indicadores no curto prazo. Ele reforçou que a autoridade monetária mira um horizonte mais longo. “Precisamos fazer política [monetária] olhando para o longo prazo.”

Como exemplo dessas mudanças de curto prazo, ele citou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado mais cedo. Campos Neto reforçou que há fatores temporários atuando sobre a inflação, como as transferências de renda realizadas no ano passado que ajudaram a elevar o preço dos alimentos.

Ele lembrou, no entanto, que o Comitê de Política Monetária (Copom) já reconheceu que a inflação “se espalhou mais do que esperávamos”, além de os núcleos inflacionários estarem em um intervalo acima do compatível com o cumprimento da meta. “Estamos vigilantes a esse movimento de inflação temporária contaminando outros setores.”

O presidente também reiterou mensagem do Copom de que há diversos dados de inflação e atividade econômica a serem divulgados até a próxima reunião e que o colegiado irá usá-los para tomar sua decisão.

Ele acredita que a maior demanda de países como China e Índia por produtos agropecuários deve levar a uma melhora nas contas externas brasileiras. De acordo

com o presidente do Banco Central, os preços de commodities já indicam que haverá uma demanda mais estrutural por esses produtos, o que será benéfico para as transações em conta corrente do Brasil.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Anvisa libera anti-melasma com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador**

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

**O óculos mais desejado entre os homens do Brasil**

THINGTEX

LINK PATROCINADO

**Sofá Omega 2,30m Assento Retrátil e Reclinável Velosuede Grafite NETSOFAS**

MADEIRAMADEIRA

LINK PATROCINADO

**Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!**

KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

**Sofrendo com dores articulares? Pesquisadores descobrem algo incrível**

CURCUMINA PLUS

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

**Depois de troca de farpas entre Maia e ACM Neto, bancada do DEM diz que saída de Maia 'ajudará a pacificar o partido'**

VALOR INVESTE

**Bolsonaro entrega pauta de projetos prioritários a Pacheco e Lira**

VALOR INVESTE